

Mapa Estratégico da Indústria do **PARÁ**



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Jefferson de Oliveira Gomes
Diretor

Mário Sérgio Carraro Telles
Diretor Adjunto

Diretoria de Relações Institucionais

Roberto de Oliveira Muniz
Diretor

Diretoria Jurídica

Alexandre Vitorino Silva
Diretor

Diretoria Corporativa

Cid Carvalho Vianna
Diretor

Diretoria de Comunicação

Andre Nascimento Curvello
Diretor

Serviço Social da Indústria - SESI

Fausto Augusto Junior
Presidente do Conselho Nacional

SESI – Departamento Nacional

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Diretor

Paulo Mol Junior

Diretor-Superintendente

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente do Conselho Nacional

SENAI – Departamento Nacional

Gustavo Leal Sales Filho
Diretor-Geral

Instituto Euvaldo Lodi – IEL

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente do Conselho Superior

IEL – Núcleo Central

Ricardo Cavalcante
Diretor Institucional

Sarah Saldanha

Superintendente

Mapa Estratégico da Indústria do PARÁ

MAPA ESTRATÉGICO 2026
DA INDÚSTRIA 2032

O CAMINHO PARA A NOVA INDÚSTRIA

Maio de 2026

© 2026. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CNI

Diretoria de Desenvolvimento Industrial

FICHA CATALOGRÁFICA

C748m

Confederação Nacional da Indústria.

Mapa estratégico da indústria do Pará / Confederação Nacional da
Indústria. – Brasília : CNI, 2026.

67 p. : il.

1. Mapa Estratégico da Indústria 2. Indústria Brasileira 3. Desenvolvimento e Crescimento I. Título.

CDU: 338.45

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>

Serviço de Atendimento ao Cliente–SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.com.br



APRESENTAÇÃO

O Mapa Estratégico da Indústria traz uma agenda ambiciosa de competitividade para a indústria brasileira. Os objetivos lá listados contam com a união de esforços da CNI e do dinamismo estratégico das federações.

O estado do Pará, em sua singular heterogeneidade, encara desafios específicos que vão desde o alicerce da infraestrutura até a essência da educação e o motor da inovação.

Ao enfrentar essas singularidades, a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) desempenha um papel crucial, não só ao estimular a melhoria contínua do marco legal ambiental e regulatório, mas também ao fortalecer setores-chave como mineração, infraestrutura logística, energia e bioeconomia. Este engajamento é modelo e estímulo para a indústria em todo o Brasil.

É com essa percepção das demandas únicas e a busca por soluções focadas que o “MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA DO PARÁ” se tornará uma ferramenta valiosa, desdobrando-se em uma agenda construída por e para o Estado, de mãos dadas com a agenda nacional da CNI, assegurando o progresso contínuo e o impulsionamento da competitividade industrial na próxima década e além.





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Mapa Estratégico da Indústria 2026-2032: O Caminho para a Nova Indústria	9
Visão de Longo Prazo – A Indústria e o País que Queremos em 2032	11
Mapa Estratégico da Indústria do Pará	12
1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS	13
1.1. AMBIENTE REGULATÓRIO	13
1.2. SEGURANÇA JURÍDICA	14
1.3. GOVERNANÇA	15
1.4. DESBUROCRATIZAÇÃO	16
1.5. SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO ESTADO	17
2 AMBIENTE ECONÔMICO	19
2.1. MACROECONOMIA E INVESTIMENTO	19
2.2. FINANCIAMENTO	21
2.3. TRIBUTAÇÃO	23
2.4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL	24
3 BAIXO CARBONO E RECURSOS NATURAIS	26
3.1. RECURSOS NATURAIS	26
3.2. DESCARBONIZAÇÃO	28
3.3. ECONOMIA CIRCULAR	29
4 COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL	31
4.1. COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO	31
4.2. ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS À EXPORTAÇÃO	33
4.3. ACORDOS INTERNACIONAIS	33
4.4. COMÉRCIO JUSTO	34
4.5. INVESTIMENTO EXTERNO	35
5 DESENVOLVIMENTO HUMANO E TRABALHO	36
5.1. RELAÇÕES DE TRABALHO	36
5.2. SAÚDE E SEGURANÇA	37
5.3. PREVIDÊNCIA	38
5.4. DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO	39
5.5. ACESSO À CULTURA E AO DESPORTO	41



6 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	42
6.1. DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO.....	42
6.2. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	44
6.3. PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO NAS EMPRESAS	46
7 EDUCAÇÃO	50
7.1. EDUCAÇÃO BÁSICA	50
7.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR	52
8 INFRAESTRUTURA	56
8.1. ENERGIA	56
8.2. TRANSPORTE E LOGÍSTICA.....	59
8.3. MOBILIDADE URBANA	62
8.4. SANEAMENTO	63
8.5. INFRAESTRUTURA DIGITAL	65
AGRADECIMENTOS.....	68



INTRODUÇÃO

MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2026-2032: O CAMINHO PARA A NOVA INDÚSTRIA

O Mapa Estratégico da Indústria é um documento que apresenta uma visão de longo prazo para o desenvolvimento e o crescimento da indústria brasileira, a partir da identificação dos principais fatores que afetam a sua competitividade.

O Mapa apresenta os principais fatores de competitividade da indústria brasileira, sendo flexível para acomodar futuras transformações. Organizado em formato de mandala, o mapa não estabelece hierarquia entre os fatores e enfatiza sua interconexão. Oito fatores-chave foram identificados, desdobrados em temas prioritários, cada um com descrições de problemas, possíveis soluções e benefícios esperados. Metas para 2032 são estabelecidas, juntamente com indicadores e iniciativas necessárias para atingir essas metas, oferecendo um plano adaptável para orientar a competitividade da indústria nos próximos anos.

Cada um desses fatores está interconectado e desempenha um papel fundamental no sucesso da indústria brasileira.

Cada um dos fatores-chave estão intrinsecamente ligados e formam uma rede complexa. A melhoria em um desses fatores pode ter impactos positivos em outros, destacando a importância de uma abordagem integrada e estratégica para impulsionar o setor industrial do país.

FATORES-CHAVE PARA A COMPETITIVIDADE

Foram identificados oito fatores-chave para a competitividade da indústria brasileira na próxima década, que traçam o caminho para a nova indústria que desejamos. Tais fatores-chave se desdobram em temas prioritários. Para cada tema prioritário, o Mapa apresenta uma breve descrição do problema a ser enfrentado, sugere possíveis soluções e indica os benefícios esperados ao seguirmos na direção recomendada. São elencados objetivos dentro de cada tema prioritário, com indicadores e metas para 2032, que direcionam para onde a indústria gostaria de ver esses indicadores evoluindo ao longo da década. Da mesma forma, são apresentadas as iniciativas necessárias para cada objetivo. São os caminhos que precisam ser percorridos, com ações concretas ao longo dos anos, para que as metas estabelecidas sejam alcançadas.

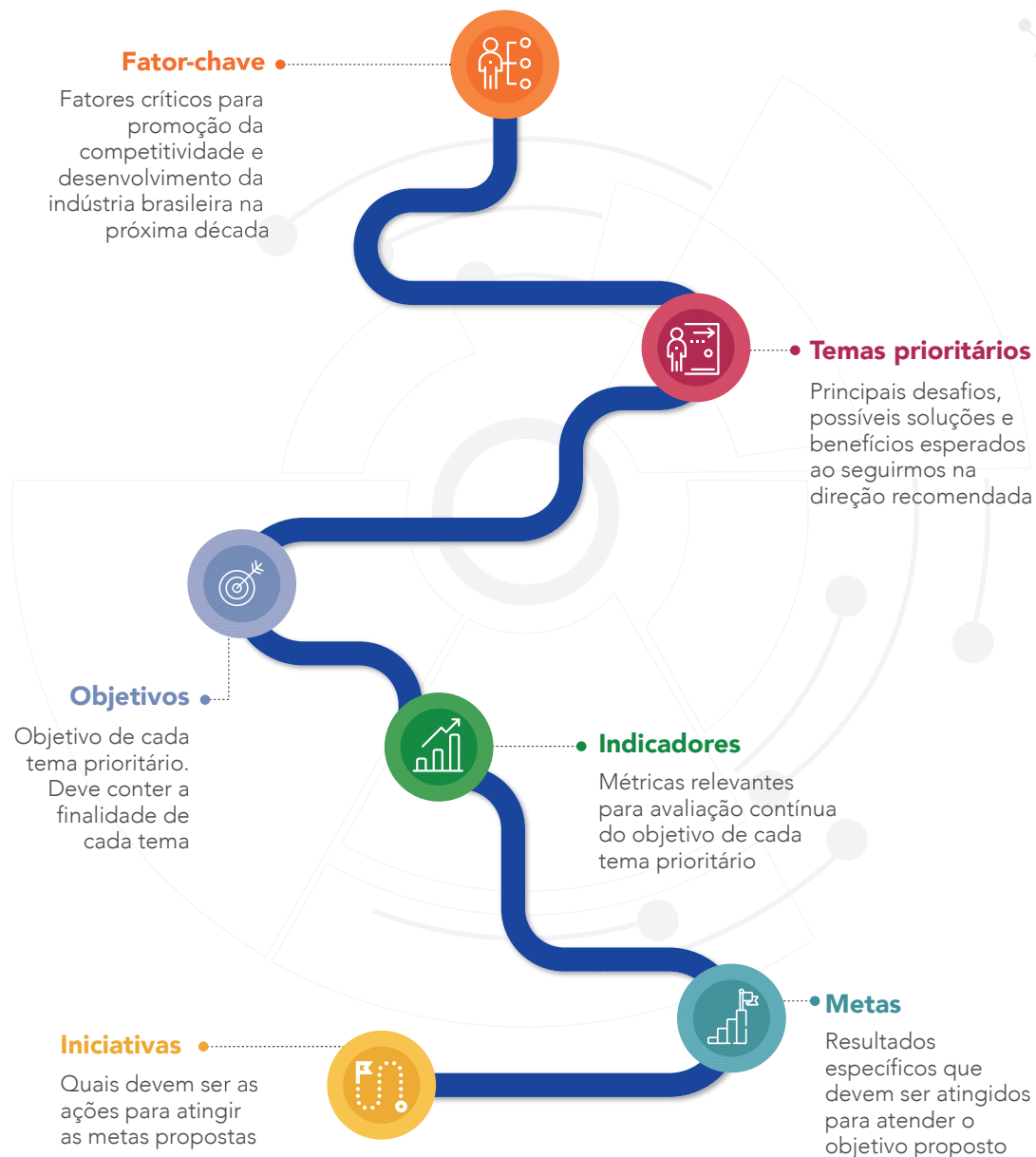


MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2026-2032

O caminho para a nova indústria



8 FATORES-CHAVE
32 TEMAS PRIORITÁRIOS
96 OBJETIVOS
342 INICIATIVAS



VISÃO DE LONGO PRAZO – A INDÚSTRIA E O PAÍS QUE QUEREMOS EM 2032

Até 2032, a indústria no Brasil terá avançado significativamente, graças a esforços conjuntos entre o governo e o setor privado, focados na descarbonização e digitalização, elevando sua participação no cenário global. Novas políticas incentivarão setores promissores como as energias renováveis, a bioeconomia e a economia circular, garantindo um crescimento econômico sustentável.

A adoção de avanços tecnológicos, incluindo IoT, IA, robótica e automação, aumentará a eficiência industrial e a inovação de produtos, acompanhada pela expansão da infraestrutura digital, diminuindo disparidades e estimulando o crescimento econômico por todo o país.

A força de trabalho da indústria se beneficiará de políticas educacionais voltadas para as necessidades do setor, incluindo desenvolvimento profissional contínuo e atenção à saúde dos trabalhadores.

Para concretizar essa visão, uma ação coordenada entre o poder público e o setor privado é essencial, visando redução do Custo Brasil, reforma tributária e outras medidas que alinhem o país às melhores práticas internacionais, promovendo um ambiente favorável a investimentos. O Mapa Estratégico é um plano que orienta para essa nova fase industrial, sublinhando a importância da colaboração entre todos os envolvidos.

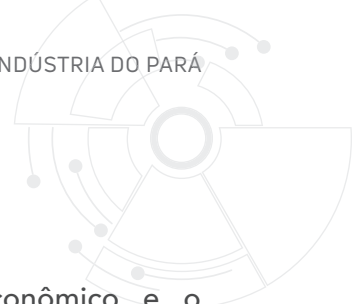
MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA DO PARÁ

O Pará desbrava novos caminhos para o desenvolvimento econômico com a regionalização do Mapa Estratégico da Indústria, fortalecendo um modelo de atuação estratégica em parceria com a CNI.

Desde o início do projeto, foram realizadas oficinas técnicas nos temas relacionados aos fatores-chave do

Mapa Estratégico, tais como ambiente econômico, baixo carbono e educação. Esse esforço colaborativo incluiu entrevistas com lideranças locais e identificação de ações da FIEPA alinhadas às metas estratégicas. O comprometimento conjunto resultou em 620 iniciativas focadas em impulsionar a competitividade local.

VISÃO GERAL DAS INICIATIVAS E AÇÕES DO PARÁ	
Fator-chave	Iniciativas do Mapa Estadual
Ambiente de negócios	71
Ambiente econômico	82
Baixo carbono e recursos naturais	58
Comércio e integração internacional	44
Desenvolvimento humano e trabalho	65
Desenvolvimento produtivo, tecnologia e inovação	98
Educação	65
Infraestrutura	137
TOTAL	620



1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Promover um ambiente de negócios que favoreça o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável passa pela garantia de instituições – incluindo segurança pública e defesa do Estado – regramentos estáveis, transparentes e previsíveis, bem como pela capacidade de formulação de instrumentos eficientes para resolução de conflitos.



1.1. AMBIENTE REGULATÓRIO



Objetivo: Melhorar a qualidade regulatória.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Aperfeiçoar a integração de sistemas e processos entre órgãos municipais, estaduais e federais de regulamentação e de fiscalização ambiental.
- Realizar Análise de Impacto Regulatório (AIR) para normas que afetam atividades industriais em áreas com sobreposição regulatória geradora de insegurança jurídica.
- Criar fórum permanente entre FIEPA–SEMAS–SEDOP para compatibilização entre licenciamento ambiental e zoneamento estadual.
- Articular com federações industriais da Amazônia Legal uma agenda perene coordenada de avaliação técnica de projetos de lei estaduais potencialmente prejudiciais aos estados amazônicos.
- Identificar sobreposições indevidas de competências e obrigações financeiras e documentais para a indústria, a partir de diferentes entidades e/ou instituições.
- Incluir representantes do setor produtivo nos processos de elaboração/revisão regulatória sobre temas fundiários, ambientais e trabalhistas.
- Disponibilizar guias simplificados de conformidade regulatória para o setor produtivo, reduzindo a assimetria de informação no ambiente de negócios.



- Criar zonas de *sandbox* jurídico com tributação diferenciada para empresas de base tecnológica, a exemplo do Porto Digital de Recife.
- Instituir, no âmbito estadual, Projeto de Lei Ordinária que estabeleça prazo mínimo de anterioridade para a entrada em vigor de atos normativos infralegais de natureza ambiental, vedando sua aplicação imediata e garantindo período adequado de adaptação ao setor produtivo.
- Desenvolver políticas consistentes e claras de associativismo em zonas especiais de produção.



Objetivo: Aperfeiçoar os procedimentos administrativos.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar consórcios intermunicipais para ampliar o governo digital, permitindo que municípios compartilhem infraestrutura administrativa e digital.
- Ampliar a adoção de processos digitais nas interações entre o setor produtivo e órgãos públicos, reduzindo custos operacionais e tempo de tramitação.
- Capacitar lideranças sindicais em gestão de processos administrativos e de conformidade digital com exigências estaduais.
- Ampliar o uso de processos regulatórios simplificados para atividades de menor impacto.
- Implantar a contratação pública de *startups* via Lei Complementar nº 167/2019 (Inova Simples) como instrumento de desburocratização e inovação no Estado.

1.2. SEGURANÇA JURÍDICA



Objetivo: Elevar a segurança jurídica.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar observatório de contratos, concessões, normas e decisões judiciais que impactam o setor industrial, com publicação regular de estudos e análises.
- Apoiar a celeridade na condução de processos e na execução de determinações judiciais.
- Uniformizar, nos órgãos administrativos do Estado do Pará, a observância da Lei 9.872/2020 quanto à contagem de prazos administrativos.
- Criar comitê técnico para prevenção e tratamento de potenciais controvérsias em projetos regulatórios, territoriais, ambientais e logísticos.
- Desenvolver guias integrados para regularização e licenciamento de polos industriais e corredores logísticos.
- Compatibilizar orientações para licenciamento e regularização de empreendimentos conforme os principais eixos estratégicos de desenvolvimento industrial do estado.



Objetivo: Aumentar a efetividade dos mecanismos alternativos de resolução de conflito.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Propor aos tribunais trabalhistas a digitalização de processos trabalhistas, com a criação de varas empresariais para aumentar a celeridade e a previsibilidade das decisões judiciais.
- Disseminar e estimular mecanismos de resolução de conflitos, como mediação, conciliação e arbitragem.
- Institucionalizar câmaras de mediação e arbitragem como alternativa célere ao sistema de justiça para resolução de conflitos de alta complexidade envolvendo o setor produtivo.
- Introduzir normas no estado para mecanismos de consensualidade que considerem o perfil do contribuinte e o contexto socioeconômico na aplicação de multas e sanções.

1.3. GOVERNANÇA



Objetivo: Melhorar a eficácia do setor público.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar índice de governança municipal para mensurar transparência e qualidade do ambiente de negócios nos municípios do estado.
- Fortalecer o diálogo institucional entre o setor industrial e o Judiciário, o Ministério Público e o Executivo estadual, para tratar temas prioritários da indústria.
- Regionalizar os indicadores nacionais de competitividade industrial para permitir posicionamento estadual e fortalecer a representação do setor junto ao poder público.
- Instituir governança estadual permanente para o ambiente de negócios com participação do setor produtivo, instituições-chave e municípios industriais.
- Priorizar políticas públicas nas cadeias produtivas com maior densidade territorial e contratual, vinculadas a polos industriais, agroindustriais, logísticos e portuários.



Objetivo: Ampliar a transparência do poder público.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Consolidar em plataforma única as exigências ligadas à formalização, licenciamento, operação e expansão dos empreendimentos para investidores e gestores.
- Acessar dados públicos e relevantes de contratos, licenciamentos, obras e gastos públicos para o setor produtivo via LAI (Lei de Acesso à Informação).
- Incentivar a participação de organismos de controle social e da sociedade na fiscalização de processos, garantindo a correta e eficiente aplicação dos recursos públicos.



- Promover debates técnico-científicos, baseados em dados, para guiar decisões políticas e reduzir a polarização.

 **Objetivo:** Aperfeiçoar a governança corporativa e do sistema de *compliance* no setor privado.

 Iniciativas para o Mapa Estadual

- Consolidar rede estadual de *compliance* e integridade, integrando empresas industriais em programas de capacitação em governança e ESG, com emissão de certificação.
- Criar prêmio estadual de boas práticas em *compliance* e ESG, reconhecendo anualmente empresas industriais com destaque em integridade e transparência.
- Promover formação em governança corporativa, integridade, *compliance* e gestão de riscos para empresas industriais.
- Adaptar instrumentos de integridade à realidade de micro, pequenas e médias indústrias.

 **Objetivo:** Fortalecer e melhorar os mecanismos de combate à corrupção.

 Iniciativas para o Mapa Estadual

- Integrar representantes do setor industrial ao Comitê Pró-Ética da CGU, promovendo a certificação de integridade para empresas do setor produtivo.
- Monitorar e disseminar estudos sobre os impactos econômicos da corrupção no setor industrial, subsidiando ações de prevenção e *advocacy* institucional.
- Incentivar códigos de conduta, programas de integridade e canais de denúncia no setor público e privado.
- Ampliar a rastreabilidade e transparência em processos de contratação, concessão de benefícios e relações público-privadas.

1.4. DESBUROCRATIZAÇÃO

 **Objetivo:** Reduzir o excesso de procedimentos burocráticos que afetam o ambiente de negócios.

 Iniciativas para o Mapa Estadual

- Simplificar e racionalizar as normas para a regulamentação de atividades produtivas.
- Modernizar e integrar os sistemas de informação das instituições públicas e níveis de governo municipal e estadual.
- Realizar levantamento sistemático de gargalos administrativos relatados pelo setor produtivo, com publicação de relatório e encaminhamento de propostas ao governo estadual.
- Articular com o governo estadual a implementação do Balcão Único Digital, integrando licenciamentos, alvarás e outorgas para reduzir etapas e tempo de atendimento ao setor produtivo.



- Apoiar consórcios de desburocratização em territórios industriais para digitalização compartilhada de serviços públicos.



Objetivo: Apoiar o avanço da estratégia de governo digital.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Ampliar quadro de colaboradores e infraestrutura tecnológica para procedimentos administrativos de fomento e acompanhamento de atividades produtivas.
- Ampliar o portfólio de serviços online para o atendimento de demandas administrativas do setor produtivo junto ao setor público.
- Ampliar a participação do setor industrial nas decisões sobre a agenda de governo digital, assegurando a compatibilização e simplificação real de processos às necessidades industriais.
- Suportar a aplicação da Lei Complementar nº 123 (Estatuto das ME e EPP) no âmbito estadual e municipal.

1.5. SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO ESTADO



Objetivo: Reduzir custos sociais e econômicos decorrentes da insegurança pública.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Implementar painel estratégico de segurança produtiva, unificando dados sobre roubos, falsificações e crimes organizados que afetam o setor industrial.
- Mapear a presença do crime organizado e suas práticas nos setores industriais paraenses e propor ao governo estadual ações de fiscalização e inteligência.
- Realizar ações de combate a falsificações industriais, à mineração ilegal, a crimes ambientais e a informalidades econômicas, em parceria com os órgãos de fiscalização e o Ministério Público.
- Criar grupo estadual com órgãos de segurança, fiscalização e Ministério Público para combate a crimes contra o setor industrial e circulação de produtos ilegais.
- Fortalecer a segurança de áreas industriais, zonas portuárias, corredores logísticos e infraestruturas essenciais.



Objetivo: Reduzir o número de roubos de carga.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar sistema integrado de informações entre o setor de transporte, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Civil para prevenção e resposta rápida ao roubo de carga.
- Incluir dados estaduais nas metas nacionais de redução de roubo de carga, fortalecendo a representação do estado nas estratégias de segurança logística do país.



- Apoiar a implementação de tecnologias de monitoramento de cargas nas empresas industriais, promovendo a segurança logística com base em soluções digitais.
- Ampliar monitoramento e patrulhamento em corredores logísticos estratégicos.
- Priorizar ações de combate ao roubo de carga em corredores rodoviários com maior peso para a produção e circulação de cargas.

 **Objetivo:** Aumentar a cibersegurança no Brasil.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Desenvolver programas de capacitação em cibersegurança para o setor industrial, em parceria com instituições de ensino e pesquisa.
- Incluir a cibersegurança como tema prioritário na agenda de transformação digital das empresas industriais.
- Fomentar a obtenção de certificações de cibersegurança pelas empresas industriais como requisito de acesso a mercados e financiamentos.
- Realizar levantamento de riscos cibernéticos no setor industrial, com diagnóstico e recomendações práticas para mitigação de vulnerabilidades.
- Disseminar boas práticas de cibersegurança entre empresas e instituições públicas.

 **Objetivo:** Aumentar a capacidade de defesa nacional.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Regular o uso de drones e sistemas de vigilância para monitoramento ambiental e logístico, garantindo a participação do setor produtivo no debate normativo.
- Acompanhar e posicionar o setor industrial no debate sobre iniciativas federais de defesa do Estado com impacto no setor produtivo da Amazônia Legal.
- Elaborar planos de continuidade de negócios em parceria com a Defesa Civil estadual e municipal para situações de crise ou desastre.
- Disseminar boas práticas em segurança patrimonial e proteção de instalações industriais no setor produtivo.
- Inserir e desenvolver fornecedores locais nas cadeias de suprimentos das Forças Armadas, seja para fornecimento de produtos, seja para prestação de serviços especializados, tais como monitoramento ambiental, comunicação e logística de defesa.



2 AMBIENTE ECONÔMICO

O ambiente econômico molda o contexto da atividade industrial, sendo fator central para a modernização do setor.



2.1. MACROECONOMIA E INVESTIMENTO



Objetivo: Aumentar o nível de emprego.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Expandir programas públicos de apoio a *startups* com foco em geração de empregos qualificados, especialmente em municípios do interior do estado.
- Fomentar a contratação de jovens via programas de aprendizagem em empresas do ecossistema de inovação regional.
- Criar *hubs* de empregabilidade digital em comunidades periféricas e municípios do interior do estado, articulados a *startups* e plataformas de inovação local.
- Implementar programas de qualificação profissional para as principais cadeias produtivas locais.



Objetivo: Assegurar a estabilidade de preços de forma compatível com uma trajetória decrescente da taxa de juros da política monetária.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Desenvolver políticas industriais regionais e fortalecer cadeias produtivas locais, com adoção de novas tecnologias que reduzam a dependência de insumos externos, custos logísticos e volatilidade de preços de insumos estratégicos, mitigando pressões inflacionárias.
- Promover arranjos entre *startups*, indústrias e associações para compartilhamento de infraestrutura e redução de custos operacionais.



- Implementar acompanhamento e ajuste de demanda e oferta de produtos com alta sensibilidade às variações cambiais.

 **Objetivo:** Alcançar a sustentabilidade fiscal.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Promover eficiência da gestão pública estadual e municipal via Lei de *Startups* para soluções de *GovTech* e *FiscalTech* que ampliem a arrecadação.
- Desenvolver modelos de concessão e PPP para infraestrutura de inovação, reduzindo o custo fiscal de manutenção de parques tecnológicos e incubadoras.
- Criar zonas de *Sandbox* jurídico com diminuição da taxaço para novos negócios.
- Incentivar a regularização do cálculo e cobrança dos tributos municipais e estaduais.
- Regularizar e formalizar as atividades econômicas desenvolvidas de forma ilegal ou irregular.

 **Objetivo:** Aumentar investimentos públicos e privados.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Desenvolver política de atração de investimentos industriais além dos incentivos de ICMS, articulando ativos reais (biodiversidade, biomassa, minerais).
- Implementar captação de investimentos de impacto e promover a indústria local em *roadshows* internacionais, aproveitando oportunidades de visibilidade global.
- Propor ao Governo do Estado atrelar incentivos fiscais ao desenvolvimento de fornecedores locais, à formação profissional e à pesquisa aplicada à indústria estadual.
- Estruturar mecanismo de monitoramento da situação fiscal do Governo do Estado e publicar relatórios para o setor produtivo.
- Articular com instituições financeiras e de fomento linhas de investimento para empresas inovadoras com contrapartidas ESG, incluindo fundo soberano para inovação.
- Estruturar fundo de *venture capital* regional para atração de capital privado ao ecossistema de inovação do estado.
- Criar fundos de desenvolvimento local sustentável com recursos de compensações e *royalties* de grandes projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais, incluindo projetos minerais, logísticos e hidroenergéticos.
- Incrementar as políticas de incentivos fiscais aos empreendimentos com grande potencial de geração de externalidades sociais positivas.
- Mapear editais federais (como Finep) que priorizam a região Norte e promover aproximação com empresas com potencial de submeter projetos de inovação local.



2.2. FINANCIAMENTO



Objetivo: Reduzir o custo de financiamento.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar linhas de crédito com taxas diferenciadas para empresas inovadoras em fase de crescimento na Amazônia.
- Criar instrumento de garantia de crédito (Fundo de Aval) para empresas de inovação, em parceria com o SEBRAE e o BNDES.
- Implementar debêntures de impacto e títulos verdes para financiamento de projetos tecnológicos com contrapartida ambiental positiva na Amazônia.
- Destinar recursos de fundos públicos e articular com instituições financeiras e órgãos de fomento linhas de crédito com taxas diferenciadas e subsidiadas para investimento e custeio de atividades produtivas, com ênfase em micro, pequenas e médias empresas regionais.
- Fomentar a criação e operação de associações e cooperativas de crédito.



Objetivo: Aumentar a disponibilidade e a oferta de crédito bancário.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Elaborar fundos garantidores para cadeias produtivas da economia regional terem acesso ao crédito do FNO/BASA por produtores e pequenas e médias empresas.
- Desenvolver parceria entre *fintechs*, bancos e agências de fomento para ampliar o crédito para *startups* e MPMEs com *scoring* baseado em dados de inovação.
- Ampliar e reformular as linhas FNO Inovação do Banco da Amazônia, com processos simplificados e revisão das exigências de elegibilidade para empresas do ecossistema de inovação.
- Criar consórcio entre *startups* para acesso coletivo a linhas de crédito bancário, reduzindo barreiras de garantia e histórico financeiro.
- Simplificar o acesso ao crédito junto a bancos e agências de fomento, reduzindo barreiras para empreendimentos de todos os portes.



Objetivo: Melhorar as condições de crédito para micro, pequenas e médias empresas.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Instituir encontro periódico entre bancos, agências de fomento e PMEs para apoio à elaboração de projetos de crédito e acesso a programas de desenvolvimento industrial.
- Ampliar instrumentos de financiamento para projetos sustentáveis, captando recursos via fundos climáticos, Fundo Amazônia e linhas verdes de organismos multilaterais.



- Estabelecer taxas diferenciadas para empresas participantes de programas de produtividade e gestão, em parceria com cooperativas de crédito e bancos de fomento.
- Diversificar as fontes de financiamento do setor industrial, captando recursos junto a bancos internacionais, agências de desenvolvimento e fundos multilaterais, reduzindo a dependência do BNDES.
- Expandir o Programa Inova Simples no estado, facilitando o registro e o acesso de *startups* às facilidades previstas.
- Desenvolver plataforma de *matchmaking* entre investidores-anjo e *startups* do Norte do Brasil, conectando o ecossistema regional de inovação.
- Promover garantias alternativas, como propriedade intelectual, contratos futuros e créditos de carbono, para acesso a crédito por MPMEs inovadoras.
- Articular junto a instituições financeiras e órgãos de fomento linhas de crédito com taxas subsidiadas para micro, pequenas e médias empresas regionais.
- Criar mecanismo de acesso ao crédito para PMEs com restrições cadastrais ou certidões positivas, removendo barreiras fiscais que impedem o crédito disponível chegar às empresas.
- Incluir o compartilhamento de infraestrutura laboratorial das universidades federais como instrumento de redução de custos industriais com base no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).



Objetivo: Aumentar a disponibilidade e a oferta de crédito não bancário.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Mobilizar recursos de fundos internacionais de impacto para instrumentos de crédito não convencionais voltados à inovação na Amazônia.
- Ampliar a rede de fundos de investimentos nacionais não convencionais destinados à inovação e negócios da sociobioeconomia, tais como o Fundo Travessias.



Objetivo: Aumentar a destinação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs) para a indústria.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Revisar critérios e exigências do FNO, em parceria com o Banco da Amazônia, o Ministério da Integração e Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para ampliar a participação de empresas de base tecnológica, *startups* e atividades produtivas regionais sustentáveis, facilitando o acesso ao crédito.
- Criar subprograma no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte com foco em atividades inovadoras e de alto valor agregado.
- Monitorar e publicar relatório anual sobre a aplicação do FNO no setor de inovação do estado, promovendo a transparência dos recursos públicos de financiamento.



2.3. TRIBUTAÇÃO



Objetivo: Alinhar a tributação do consumo às melhores práticas internacionais, com a adoção de um modelo IVA.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Capacitar empresas inovadoras e o setor industrial sobre as mudanças da Reforma Tributária, com análise de impactos, oportunidades do novo regime tributário e guias práticos de adaptação.
- Promover estudos e pesquisas de modelos tributários modernos e adequados à realidade nacional e regional, incluindo modelos progressivos baseados na tributação sobre a renda que reduzam a oneração sobre a produção e o consumo.
- Instituir observatório da Reforma Tributária para monitorar a transição (IBS/CBS), mapear riscos – incluindo o recorte específico de tecnologia e inovação – e produzir orientações para a indústria.
- Projetar consequências e impactos do novo modelo de tributação para setores industriais do Pará, em face do encerramento dos incentivos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME).
- Monitorar e garantir a regulamentação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e do Fundo de Compensações dos Benefícios Fiscais, articulando que seus recursos sejam aplicados em infraestrutura produtiva e vedando sua aplicação em despesas correntes.



Objetivo: Reduzir a diferença entre a participação na arrecadação de tributos sobre o consumo e a participação da indústria no PIB.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Propor alíquota reduzida de IBS/CBS para serviços que contribuam para a produtividade industrial, reconhecendo seu caráter estratégico para o desenvolvimento.
- Resolver, junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Pará (SEFA), as distorções e problemas no ICMS ainda vigente durante o período de transição tributária.
- Negociar medidas que reduzam o impacto do *split payment* sobre o caixa da indústria, evitando que a retenção automática de tributos comprometa o capital de giro necessário à produção.
- Monitorar e articular o fundo de compensação dos benefícios fiscais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL ou CDM) para empresas com benefícios vigentes e que precisam ter seus créditos de ICMS homologados até 2032.
- Garantir tratamento adequado do crédito pré-operacional na Reforma Tributária visando créditos acumulados no período pré-operacional de indústrias de ciclo longo (estaleiros, grandes plantas industriais).



- Articular regime tributário para a Amazônia Legal equivalente ao benefício da Zona Franca de Manaus, com alíquota reduzida para empresas – em especial as inovadoras – no contexto do novo regime tributário, garantindo isonomia competitiva.

 **Objetivo:** Reduzir a tributação da renda corporativa.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Manter e ampliar a Lei do Bem para empresas inovadoras no Norte do Brasil, com acesso simplificado.
- Propor isenção de impostos por 5 anos para empresas inovadoras e de impacto social na Amazônia.
- Criar regime tributário especial para empresas de inovação, reconhecendo serviços ambientais como modelo de negócio legítimo.
- Elaborar guias práticos sobre regimes especiais tributários (RECOF, REPORTO, REIDI e Regimes Especiais do ICMS) para orientar o setor industrial antes e durante a implantação da reforma tributária.
- Monitorar e corrigir as distorções na definição da base de cálculo do IPTU sobre imóveis em distritos industriais nos municípios do estado.

2.4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

 **Objetivo:** Reduzir as desigualdades regionais de desenvolvimento humano.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Elaborar, com a Assembleia Legislativa do Estado, fundo de *royalties* de grandes projetos para financiar infraestrutura, educação e verticalização de cadeias produtivas.
- Desenvolver, em parceria com prefeituras e órgãos de assistência social, programas de inserção no mercado industrial para populações em vulnerabilidade, como mulheres, jovens e comunidades tradicionais.
- Implementar letramento digital e capacitação tecnológica em comunidades ribeirinhas e periferias urbanas do estado.
- Criar, em parceria com universidades e institutos de ensino, cursos técnicos e graduações em tecnologia voltados para as necessidades do ecossistema de inovação local.
- Desenvolver indicadores de impacto social para empresas inovadoras do estado, integrando IDH e acesso a serviços digitais no monitoramento de programas de inovação.
- Aperfeiçoar a governança do fundo de *royalties* minerais (SEFEM) e do *Startup Pará*, instituindo mecanismos transparentes e efetivos de distribuição dos recursos, com destinação a projetos de educação técnica, saúde e saneamento básico, além de outras finalidades cobertas por *royalties* minerais e hídricos.



- Articular junto a CNPq, CAPES e FINEP a adoção do ‘fator amazônico’ nos editais federais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), ampliando para no mínimo 10% a participação da região Norte no orçamento nacional de pesquisa para bolsas de produtividade.



Objetivo: Reduzir as desigualdades de renda per capita entre os estados.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Fortalecer o Observatório Econômico Estadual para produzir dados sobre potencialidades econômicas, economia informal e o custo excedente em relação às regiões mais desenvolvidas, subsidiando políticas de formalização e competitividade.
- Estruturar com o Governo e com grandes empresas-âncoras programa que incentive a transformação industrial local e a verticalização produtiva dos insumos primários, com industrialização nas próprias regiões produtoras.
- Identificar territórios com potencial para *hubs* industriais sustentáveis, combinando vocação local e economia de baixo carbono.
- Desenvolver proposta conjunta de desenvolvimento econômico do Arco Norte como corredor de indústria verde, em parceria com as federações da Região Norte.
- Consolidar o ecossistema de inovação do estado como polo de geração de renda qualificada e alto valor agregado na Amazônia.
- Expandir programas de liderança jovem e empreendedorismo para municípios do interior do estado, formando novos líderes empresariais locais.
- Promover políticas para atração de empresas inovadoras para o estado, por meio de incentivos fiscais e infraestrutura adequada.
- Promover a integração das cadeias e dos arranjos produtivos locais visando à agregação de valor aos produtos das atividades locais.
- Mapear e dar visibilidade à bioeconomia, apoiando a captação de recursos para dar escala aos seus projetos.



Objetivo: Reduzir as desigualdades regionais de renda.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Estruturar programas de distribuição de renda via economia criativa e digital na Amazônia.
- Fomentar a criação de cooperativas de produção e serviços em comunidades tradicionais e periféricas, com base em economia circular e uso sustentável de recursos naturais.
- Incluir indicadores de inovação no Plano Plurianual (PPA) estadual e nos programas de desenvolvimento do estado, alinhando políticas públicas ao ecossistema de inovação regional.
- Fomentar o empreendedorismo endógeno e o adensamento de cadeias produtivas prioritárias em territórios de baixa densidade econômica.



3 BAIXO CARBONO E RECURSOS NATURAIS

A transição para uma economia de baixo carbono, baseada na redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e no uso eficiente de recursos naturais, é fator essencial para o posicionamento da indústria paraense como liderança na agenda nacional e global de sustentabilidade.



3.1. RECURSOS NATURAIS



Objetivo: Ampliar o uso sustentável da biodiversidade brasileira pela indústria.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Realizar diagnóstico de indústrias sem cadastro no SISGEN e promover campanha de regularização com foco em pequenas e médias empresas.
- Desenvolver e implementar certificação para produtos da sociobioeconomia, com ênfase em pequenas empresas e povos originários.
- Criar políticas claras para uso e repartição de benefícios da exploração da biodiversidade amazônica.
- Estruturar ecossistema de uso sustentável de recursos naturais, integrando centros de pesquisa públicos e privados à indústria, para desenvolvimento de novos produtos e processos.
- Criar e/ou ampliar a adoção de mecanismos para facilitar o licenciamento e a regularização de indústrias baseadas no uso sustentável de recursos da biodiversidade amazônica.
- Fomentar polos produtivos para dar escala e ampliar a viabilidade de produtos da sociobiodiversidade.
- Promover a rastreabilidade das cadeias produtivas da bioeconomia, assessorando indústrias no letramento sobre descarbonização e mercado de carbono.
- Desdobrar o PlanBio em políticas, programas e metas norteadoras ao planejamento estratégico da indústria local, articulando cadeias produtivas, crédito, incentivos fiscais e pesquisa aplicada para aproveitamento de resíduos.



- Implantar ações efetivas de combate a práticas ilegais na Amazônia, tais como o garimpo ilegal e a exploração madeireira ilegal.



Objetivo: Contribuir para a segurança hídrica da indústria brasileira.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Elaborar diagnóstico integral (social, econômico e ambiental) das vulnerabilidades hídricas do setor industrial do estado.
- Ampliar os investimentos em saneamento básico.
- Desenvolver e/ou fomentar pesquisas voltadas à recuperação de nutrientes e demais elementos de valor dos principais efluentes industriais.
- Recuperar matas ciliares e áreas de recarga hídrica em distritos industriais, por meio de parcerias público-privadas.
- Implementar sistemas de monitoramento de efluentes e gestão eficiente de bacias hidrográficas em territórios industriais.
- Implementar programas estaduais de reuso e eficiência hídrica industrial em setores de alta demanda por recursos hídricos.



Objetivo: Aumentar a produção madeireira de manejo florestal sustentável.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Consolidar e acelerar o Programa Paraense de Concessões Florestais com o Serviço Florestal Brasileiro, visando à expansão das áreas concedidas.
- Criar programa de crédito de carbono florestal em articulação com o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) para orientar indústrias sobre as regras do mercado de carbono.
- Contemplar o modelo de crédito florestal para os 80% de reserva legal obrigatória na Amazônia, conforme experiência do Projeto Carbono Roraima.
- Criar políticas de estímulo à extração legal de madeira e ao manejo florestal sustentável, fortalecendo a fiscalização, a certificação da madeira legal e a valorização de conhecimentos tradicionais, propiciando a concessão de áreas para uso responsável.
- Fortalecer fundos e iniciativas internacionais de financiamento voltados à conservação de florestas tropicais, tais como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF).
- Fortalecer a cadeia de transformação florestal por meio de novas técnicas de produção e verticalização, promovendo um melhor aproveitamento da tora (madeira), bem como a redução da geração de resíduos.
- Implementar a rastreabilidade digital da cadeia de produção florestal para fortalecer a credibilidade e a certificação do setor.



3.2. DESCARBONIZAÇÃO

 **Objetivo:** Reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa da indústria brasileira.

 Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar plataforma estadual de inventários de emissões para apoiar as indústrias na elaboração de inventários e estratégias de descarbonização.
- Criar programa estadual de descarbonização industrial com metas e propostas de legislação específica, priorizando os setores de maior emissão.
- Monitorar e contribuir com projetos de lei na Assembleia Legislativa do Estado que possam conflitar com o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).
- Fomentar o mercado local de créditos de carbono de florestas nativas e manejo sustentável.
- Promover o uso de tecnologias de captura de carbono e restauração florestal como mecanismos de compensação.

 **Objetivo:** Reduzir as emissões de gases de efeito estufa da indústria brasileira.

 Iniciativas para o Mapa Estadual

- Aumentar investimentos públicos e privados para o desenvolvimento de novas tecnologias de descarbonização.
- Estruturar um plano de destinação da Taxa Mineral e da Taxa de Recursos Hídricos para modernização e descarbonização dos parques industriais locais.
- Revisar a Taxonomia Sustentável Brasileira, adaptando-a à realidade amazônica para mitigação dos riscos ligados ao financiamento de projetos industriais.

 **Objetivo:** Aumentar os índices de eficiência energética na indústria.

 Iniciativas para o Mapa Estadual

- Captar recursos de programas de eficiência energética para o setor industrial, com incentivos fiscais estaduais.
- Ampliar programas para o aumento da eficiência energética em pequenas e médias indústrias.
- Oferecer suporte técnico especializado e acessível para diagnósticos energéticos e de redução de perdas em processos produtivos.
- Disseminar e estimular a adoção de sistemas de gestão de energia.
- Implementar programas de modernização de parques industriais, com motores de alta eficiência energética e automação da gestão energética.



Objetivo: Ampliar o uso de fontes renováveis de energia na indústria.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Elaborar diagnóstico integral (social, econômico e ambiental) sobre o potencial da matriz energética do estado, incluindo a proposição de ações estruturantes para adoção das melhores práticas de gestão energética pelas empresas.
- Desenvolver programa de descarbonização logística com uso de hidrovias, em articulação com o setor de infraestrutura e transporte.
- Estimular investimentos em energias renováveis no Brasil e no Pará, por meio de revisão e complementação de políticas públicas.
- Criar *hubs* de energia limpa para a atração de empresas com alta demanda de energia.
- Prover infraestrutura e apoio técnico ao processamento de minerais estratégicos para a transformação da matriz energética.
- Incentivar o uso de novas tecnologias em aterros sanitários para a produção de biometano.
- Fomentar fontes eficientes de energia “limpa”, com alto potencial energético na Amazônia, destacadamente a geração hidrelétrica.
- Fomentar a substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis e hidrogênio verde em frotas e processos térmicos.

3.3. ECONOMIA CIRCULAR



Objetivo: Melhorar a eficiência no uso dos recursos naturais, com base nos princípios da economia circular.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Instituir o Marco Regulatório Estadual de Economia Circular, para estimular investimentos em circularidade e inovação de recursos.
- Fomentar a criação de redes de economia circular e o intercâmbio de resíduos e insumos entre os principais polos industriais do estado.
- Promover a aplicação da Rota de Maturidade de Economia Circular entre as indústrias do estado.
- Capacitar indústrias para o ecodesign, visando à longevidade e a facilidade de reciclagem dos produtos fabricados no estado.
- Fomentar a remanufatura e o reuso de componentes industriais.



Objetivo: Aumentar a recuperação de resíduos como recursos de valor.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Estruturar programas de logística reversa para embalagens e resíduos industriais, em parceria com cooperativas de reciclagem.
- Estruturar programa de coleta seletiva e logística reversa para municípios ribeirinhos, mapeando resíduos e desenvolvendo alternativas locais.
- Desenvolver projeto de mineração urbana para extração de metais valiosos de resíduos eletrônicos, em parceria com universidades e centros de pesquisa.
- Promover o letramento e a capacitação dos empresários industriais sobre economia circular.
- Divulgar e disseminar casos de sucesso de reaproveitamento de resíduos industriais.



Objetivo: Universalizar a disposição adequada de resíduos sólidos não recuperáveis.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Desenvolver norma estadual orientando o destino de resíduos de eventos climáticos (enchentes, secas, queimadas) que não podem ir para aterros.
- Eliminar lixões e ampliar instalações de aterros sanitários em conformidade com o PLANARES (Plano Nacional de Resíduos Sólidos), por meio de diferentes tipos de parcerias, tais como consórcios intermunicipais.
- Criar centros de triagem e reciclagem de alta capacidade.
- Incentivar o uso de resíduos industriais como combustível alternativo em processos produtivos e/ou para geração de energia.
- Promover qualificação técnica para a gestão de resíduos perigosos e não perigosos.



4 COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

A integração da economia paraense ao comércio internacional possibilita a ampliação do mercado para os produtos locais, ao mesmo tempo que promove a diversificação das oportunidades de negócios, estimula a inovação e expande o intercâmbio de conhecimento e tecnologia.



4.1. COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO



Objetivo: Aumentar a participação do Brasil nas exportações mundiais da indústria de transformação.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Promover a industrialização da bioeconomia e a agregação de valor aos produtos exportados, incentivando o processamento local de insumos naturais e reduzindo a dependência da exportação de *commodities in natura*.
- Investir na organização de missões internacionais, rodadas de negócios com parceiros estrangeiros e eventos de incentivo à cultura exportadora.
- Realizar diagnóstico sobre a pauta exportadora para identificar polos regionais e setores com maior agregação de valor.
- Estruturar programa de formação e suporte às pequenas e médias empresas exportadoras, promovendo o acesso a ferramentas digitais de comércio exterior, instrumentos de promoção comercial e diversificação de mercados.
- Capacitar empresários para elevar a qualidade e adaptar produtos às exigências do mercado internacional.
- Disponibilizar informações sobre comércio exterior de forma a orientar a tomada de decisões de empresas e instituições do setor empresarial.
- Promover a atração de compradores internacionais para produtos processados e de maior valor agregado.



Objetivo: Ampliar o crédito à exportação.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Modernizar e ampliar a utilização de linhas de crédito oficial para empresas exportadoras, incluindo mecanismos como o PROEX (Programa de Financiamento às Exportações), criando estrutura de assessoria às exportações articulando bancos públicos e agências de promoção comercial.
- Mapear empresas com potencial exportador e promover a divulgação das linhas de crédito para comércio exterior, diagnosticando e conectando essas empresas a instrumentos de financiamento e suporte a missões internacionais.
- Criar linha estadual de crédito à exportação.
- Viabilizar fundos de financiamento específicos para cadeias produtivas estratégicas da bioeconomia, articulando políticas de crédito com bancos públicos de desenvolvimento.



Objetivo: Reduzir o tempo médio de liberação das operações de comércio exterior.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Modernizar e fortalecer a capacidade operacional e aduaneira dos portos locais para reduzir a dependência de portos de outras regiões.
- Articular a implementação de Zonas de Processamento de Exportações no estado, ampliando a capacidade de industrialização e os incentivos ao comércio exterior.
- Desenvolver projetos de integração logística multimodal, incluindo vias terrestres e ferroviárias, para conectar o estado com os mercados sul-americanos e ampliar o acesso a corredores de comércio exterior.
- Elaborar diagnóstico sobre os gargalos operacionais e aduaneiros nos portos e terminais do estado para protocolar demandas de melhoria junto a órgãos federais competentes.
- Mobilizar empresas exportadoras para a adoção da Certificação de Origem Digital e utilização do Portal Único de Comércio Exterior, promovendo a modernização e desburocratização das operações de exportação.
- Melhorar a oferta e incentivar a cabotagem.
- Agilizar serviços de apoio à operação de comércio exterior, como emissão de declaração de não similaridade e certificado digital.



4.2. ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS À EXPORTAÇÃO



Objetivo: Monitorar a eficácia do sistema de eliminação e mitigação das medidas restritivas às exportações brasileiras.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Fortalecer o programa de monitoramento e eliminação de barreiras comerciais articulado entre governo federal e entidades empresariais para identificar, acompanhar e cobrar a solução de obstáculos às exportações.
- Articular junto ao Governo do Estado a regulamentação de um Plano de Desenvolvimento Ecológico-Econômico, garantindo segurança jurídica sobre as atividades produtivas permitidas em cada território e eliminando a dependência de interpretações que inibem investimentos industriais no estado.
- Oferecer suporte técnico para pequenas e médias empresas exportadoras se adequarem às exigências sanitárias, fitossanitárias e de habilitação dos mercados internacionais.
- Criar observatório de barreiras comerciais para monitoramento contínuo de obstáculos às exportações regionais.
- Implementar sistemas de rastreabilidade nas cadeias exportadoras para combater a concorrência de produtos informais e contrabandeados que prejudicam as exportações industriais.



Objetivo: Fortalecer diálogos bilaterais.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Produzir diagnósticos técnicos sobre os impactos de medidas ambientais, tarifárias e regulatórias internacionais sobre as exportações industriais, subsidiando o posicionamento das entidades empresariais e da bancada parlamentar federal.

4.3. ACORDOS INTERNACIONAIS



Objetivo: Ampliar e modernizar a rede brasileira de acordos de livre comércio.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Produzir estudos técnicos sobre acordos comerciais estratégicos para a indústria regional e articular posicionamento formal das entidades empresariais junto a fóruns governamentais de negociação.
- Mobilizar a bancada parlamentar federal para aprovação de acordos de facilitação de investimentos com países vizinhos, destacando os benefícios aos corredores logísticos internacionais da região.
- Promover a inserção ativa do Estado do Pará em agendas do Mercosul.



- Realizar estudos técnicos e articular junto ao governo federal a criação de uma Zona de Livre Comércio da Amazônia, aproveitando o crescimento econômico do Suriname, Guiana e CARICOM (Comunidade do Caribe), como oportunidade de integração regional e ampliação dos mercados para a indústria paraense.

 **Objetivo:** Concluir o acordo Mercosul – União Europeia.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Promover orientação e capacitação para empresas industriais sobre o Acordo Mercosul–UE, preparando-as para acessar o mercado europeu e aproveitar os benefícios tarifários e regulatórios decorrentes do acordo.
- Mapear oportunidades de diversificação da pauta exportadora no mercado europeu, estimulando maior valor agregado e o acesso de novos segmentos industriais ao continente.

4.4. COMÉRCIO JUSTO

 **Objetivo:** Neutralizar os efeitos na economia brasileira de subsídios ilegais e distorcivos em terceiros mercados.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Estruturar sistemas de rastreabilidade de produtos da bioeconomia e das cadeias exportadoras, utilizando tecnologias digitais para atender às exigências de conformidade ambiental e social dos mercados internacionais.
- Produzir e disseminar materiais técnicos com argumentos de comércio justo para o setor empresarial, subsidiando negociações com compradores internacionais e o posicionamento nas cadeias globais de valor.
- Articular com órgãos de fiscalização federal ações de combate ao contrabando e à informalidade no comércio exterior, com base em levantamentos sobre o impacto econômico da concorrência desleal para a indústria.
- Implementar selos de origem e qualidade para produtos emblemáticos da bioeconomia amazônica, fortalecendo a identidade e o diferencial competitivo das exportações regionais nos mercados internacionais.
- Defender a proteção e regulamentação das cadeias produtivas de alto valor bioativo e biodiversidade amazônica junto a instâncias regulatórias nacionais e internacionais.

 **Objetivo:** Apoiar certificações de comércio justo para produtos brasileiros.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Apoiar a certificação de comércio justo e sustentabilidade de produtos industriais e da bioeconomia, integrando as certificações às estratégias de promoção comercial e conectando empresas e cooperativas a compradores internacionais.



Objetivo: Fortalecer o Grupo de Inteligência de Comércio Exterior.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Desenvolver sistema de monitoramento de investigações comerciais internacionais sobre produtos exportados pelo estado, subsidiando a resposta das empresas industriais a medidas antidumping e de salvaguarda.

4.5. INVESTIMENTO EXTERNO



Objetivo: Ampliar a rede brasileira de ACFIs.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Mapear e estruturar banco de oportunidades de investimento sustentável no estado, articulando atores públicos e privados para captação ativa de investidores nacionais e internacionais.
- Apoiar a ampliação de acordos de cooperação e facilitação de investimentos alinhados às prioridades do Brasil, com foco em países estratégicos para as cadeias produtivas regionais.
- Apoiar a criação de agência de atração de investimentos para o estado, independente da estrutura governamental, com articulação com entidades empresariais e agências nacionais de promoção.
- Desenvolver pontos focais no exterior para facilitar a atração de investimentos ao Brasil.
- Estabelecer articulação estruturada entre as entidades empresariais regionais e as representações internacionais do Sistema Indústria, ampliando a capacidade de prospecção de investimentos e parcerias estratégicas.
- Desenvolver capacidades técnicas nas entidades de promoção do comércio exterior e atração de investimentos, por meio de formação especializada e intercâmbio de boas práticas internacionais.



Objetivo: Ampliar e modernizar a rede brasileira de ADTs.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Acompanhar e influenciar as negociações de Acordos de Dupla Tributação com países europeus, asiáticos e do CARICOM (Comunidade do Caribe), promovendo condições favoráveis à competitividade das empresas industriais nas cadeias de investimento internacional.



5 DESENVOLVIMENTO HUMANO E TRABALHO

Para a indústria, promover o trabalho e o desenvolvimento humano representa a modernização do setor, estabelecendo um ambiente propício para a atração de investimento, promoção de inovações e para a construção de um futuro sustentável.



5.1. RELAÇÕES DE TRABALHO



Objetivo: Continuar a modernização das relações de trabalho.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Estruturar um ecossistema estadual de trabalho industrial capaz de alinhar oferta e demanda de mão de obra, fortalecer as relações de trabalho, reduzir riscos de judicialização e elevar a produtividade e competitividade da indústria paraense.
- Criar programa de assessoria e diagnóstico para micro e pequenas indústrias sobre conformidade trabalhista, promovendo a regularização e as boas práticas de emprego formal.
- Estruturar serviço especializado de assessoria em negociação coletiva para sindicatos patronais da indústria, com atualização permanente baseada na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e dos tribunais regionais do trabalho.
- Criar fóruns tripartites de diálogo entre representações patronais, trabalhadores e poder público para celebração de acordos coletivos setoriais voltados à valorização do trabalho industrial.
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino para a oferta de cursos técnicos alinhados às demandas dos setores industriais estratégicos do estado.
- Mapear as convenções coletivas setoriais da Amazônia para identificar lacunas e oportunidades de acordos coletivos mais inovadores e adequados às especificidades regionais.



Objetivo: Melhorar a relação empregado-empregador.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Implantar programas de formalização e capacitação profissional para populações ribeirinhas, extrativistas e quilombolas.
- Criar espaços onde os colaboradores possam desenvolver ideias e projetos, promovendo a inovação, melhorias nos processos e implementação das propostas.
- Criar Selo de Boas Práticas Trabalhistas para certificar indústrias que adotem atitudes éticas e de gestão de clima organizacional.
- Implementar capacitação conjunta Empresa-Sindicato com gestores, líderes sindicais e jurídicos da indústria sobre legislação e segurança jurídica.

5.2. SAÚDE E SEGURANÇA



Objetivo: Promover a saúde e prevenção de doenças crônicas dos trabalhadores e da população em geral.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Promover parcerias para expandir a telessaúde, saúde itinerante e ações de atenção primária, consolidando a rede de cuidados regionais para trabalhadores e comunidades remotas.
- Integrar setor privado e instituições de ensino e pesquisa para produção de conhecimento e ações preventivas contra Doenças Crônicas Não Transmissíveis.
- Expandir parcerias entre a indústria e secretarias de saúde para imunização do trabalhador, aproveitando articulações do setor empresarial com o sistema público de saúde.
- Implantar painel público de monitoramento de afastamentos médicos na indústria paraense, como instrumento de apoio às políticas estaduais de saúde ocupacional.



Objetivo: Promover a segurança e saúde nos ambientes de trabalho.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Otimizar a gestão de saúde e segurança através de sistemas inteligentes para a tomada de decisão baseada em indicadores.
- Capacitar lideranças e equipes operacionais em prevenção e conformidade normativa para a mitigação de riscos ocupacionais.
- Desenvolver metodologias e capacitar empresas para identificação e gestão dos fatores de risco ocupacional específicos do ambiente amazônico.
- Implementar protocolos de preparação para indústrias em áreas de risco de inundação, com formação de brigadas e elaboração de planos de contingência para mitigação de riscos climáticos no setor produtivo.



Objetivo: Promover o desenvolvimento competitivo de medicamentos, vacinas, testes, protocolos, equipamentos e serviços.

Iniciativas para o Mapa Estadual

- Mapear e fomentar oportunidades de inovação tecnológica em saúde articulando parcerias com universidades e centros de inovação regionais.

5.3. PREVIDÊNCIA

Objetivo: Promover a reabilitação profissional e readaptação dos trabalhadores.

Iniciativas para o Mapa Estadual

- Viabilizar convênios entre entidades de saúde do trabalhador e o INSS para reabilitação profissional de trabalhadores da indústria afastados por acidente ou doença ocupacional.
- Desenvolver portal online com cadastro estadual e ferramentas para apoiar empresas e trabalhadores no processo de reabilitação profissional.
- Desenvolver cursos e capacitações para requalificação no conceito de Indústria 4.0, adaptada a mobilidade reduzida por acidentes de trabalho.

Objetivo: Melhorar a governança do sistema de afastamentos.

Iniciativas para o Mapa Estadual

- Realizar diagnóstico do perfil previdenciário dos trabalhadores da indústria, com análise do volume de litigância trabalhista e previdenciária, subsidiando ações de prevenção e gestão de riscos jurídicos pelas empresas.
- Criar programa de orientação jurídica e previdenciária para empresas industriais, com modelos de boas práticas para prevenção de responsabilização e gestão de litígios trabalhistas.
- Realizar diagnóstico sobre o impacto de programas de transferência de renda na disponibilidade de mão de obra industrial, estruturando ações de inclusão produtiva em articulação com a rede de assistência social.
- Capacitar gestores e líderes sobre políticas de afastamento e reabilitação, focando em melhores práticas e direitos dos trabalhadores e das empresas.
- Lançar campanhas para informar trabalhadores e empregadores sobre direitos e deveres de afastamentos e reabilitação, promovendo saúde no trabalho.
- Implementar ferramentas de análise de dados para prever afastamentos e saúde ocupacional, possibilitando intervenções proativas nas empresas.
- Firmar acordos com empresas para programas de prevenção de afastamentos e promoção da saúde dos trabalhadores locais.



Objetivo: Reduzir a judicialização para concessão de aposentadoria especial.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Articular apoio político e técnico junto ao Congresso Nacional para ações jurídicas que revisem o reconhecimento da eficácia dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) na neutralização de agentes nocivos e seus impactos sobre a concessão de aposentadoria especial.
- Disseminar entre as empresas o entendimento do STJ no Tema 1090 sobre EPI (Equipamento de Proteção Individual) como instrumento para neutralizar agentes e revisar adicional de insalubridade.
- Coordenar a padronização de relatórios técnicos de exposição ocupacional–PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) e LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho)–nas indústrias, promovendo conformidade normativa e segurança jurídica para empresas e trabalhadores.
- Capacitar as empresas para que documentem corretamente fatores de risco ocupacional, reduzindo processos judiciais por aposentadoria especial.
- Realizar campanhas educativas para trabalhadores e empregadores da indústria sobre ergonomia, uso adequado de EPIs (Equipamento de Proteção Individual), exames médicos periódicos, direitos trabalhistas e aposentadoria especial.

5.4. DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO



Objetivo: Fomentar o compromisso das empresas com a promoção da diversidade, equidade e inclusão.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar selo estadual para indústrias com boas práticas de inclusão, aprendizagem profissional, acessibilidade, equidade salarial e talentos locais.
- Promover a inclusão produtiva de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas nas cadeias da bioeconomia e demais setores industriais estratégicos do estado.
- Mapear a composição da força de trabalho da indústria por gênero, raça, deficiência e outros marcadores de diversidade, visando subsidiar políticas de equidade e inclusão.
- Realizar eventos estaduais periódicos sobre diversidade, equidade e inclusão, com programação dedicada à liderança feminina na indústria e à participação de grupos minorizados.
- Apoiar empresas na adoção de políticas de acessibilidade, prevenção de assédio e combate à discriminação no acesso ao trabalho, ampliando a empregabilidade de mulheres e trabalhadores em situação de vulnerabilidade nos territórios amazônicos.
- Ampliar programas de aprendizagem profissional na indústria com priorização de grupos minorizados.



- Criar e conduzir comitês de diversidade de membros de diferentes grupos e setores da indústria.
- Revisar práticas e políticas estaduais em relação à diversidade a partir da identificação das barreiras para inclusão mapeadas.
- Garantir instalações das indústrias acessíveis para trabalhadores com deficiência, adaptar espaços físicos e fornecer equipamentos apropriados.
- Estimular a criação de Prêmio Estadual da Indústria reconhecendo empresas com melhores práticas em inclusão, saúde, cultura e esporte, como instrumento de estímulo orgânico às empresas que adotam boas práticas de gestão de pessoas.
- Criar convênio com entidades certificadoras para oferecer certificação de ambiente organizacional a micro, pequenas e médias indústrias a custo acessível, como instrumento de estímulo orgânico às boas práticas de gestão de pessoas e valorização de indicadores de diversidade e inclusão.

 **Objetivo:** Fomentar o compromisso das empresas com a promoção da equidade de gênero.

 Iniciativas para o Mapa Estadual

- Desenvolver programas de formação de lideranças femininas na indústria, incluindo trilhas de mentoria e capacitação em habilidades técnicas e de gestão.
- Promover ações de prevenção e combate ao assédio e à violência de gênero no ambiente de trabalho com protocolos claros, acolhimento e formação de gestores e equipes.
- Criar Comitê de Liderança Feminina na Indústria com representação de entidades empresariais, articulando-o a instâncias nacionais de promoção da equidade de gênero no setor produtivo.
- Lançar compromisso público entre governo estadual, indústria e demais representações empresariais para metas de inclusão e promoção de mulheres nas indústrias.

 **Objetivo:** Aumentar a participação de mulheres em áreas STEM.

 Iniciativas para o Mapa Estadual

- Ampliar e criar programas para atração de meninas e jovens mulheres a cursos técnicos, de aprendizagem e superiores em áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharias e Matemática) e carreiras industriais estratégicas.
- Incentivar empresas a ofertar estágios, aprendizagem e *trainee* técnico para mulheres em ocupações pouco exercidas por mulheres.
- Lançar rede de mentoria feminina em tecnologia e indústria, articulando entidades empresariais, governo e setor privado para incentivo às carreiras femininas em áreas estratégicas.



5.5. ACESSO À CULTURA E AO DESPORTO



Objetivo: Ampliar o acesso à cultura.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Mapear e reativar espaços culturais no estado, articulando fontes de financiamento públicas e privadas para a valorização da identidade cultural regional.
- Criar programas de educação para a indústria criativa voltados a estudantes do ensino médio, mostrando oportunidades em design, tecnologia e bioeconomia para atração de jovens às carreiras industriais.
- Implementar *hub* de inteligência e aceleração da indústria criativa no estado, articulando indústria, poder público e setor cultural para dinamizar as cadeias produtivas criativas.
- Promover programa itinerante de capacitação e gestão cultural no interior do estado em parceria com órgãos públicos.
- Articular programas de suporte para que empresas industriais utilizem incentivos fiscais culturais como instrumento de responsabilidade social e desenvolvimento regional.
- Fortalecer a interlocução com o Conselho Estadual de Cultura.
- Modernizar espaços da rede industrial para que funcionem como polos de inovação e inclusão voltados à indústria criativa, promovendo a integração entre indústria e cultura.
- Fortalecer a cadeia cultural por meio de formação técnica de agentes, democratizando o acesso aos bens e à produção artística para toda a sociedade.
- Ampliar o acesso a bens culturais para o público infantojuvenil.



Objetivo: Ampliar a prática de atividades físicas.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Ampliar programas de atividade física e esportiva para trabalhadores da indústria e comunidades, com oferta presencial e digital, contemplando grupos minorizados e regiões de difícil acesso.
- Utilizar eventos e festivais de engajamento social e adesão aos programas de atividade física e convivência associada ao ambiente industrial.
- Incorporar soluções digitais e ferramentas de monitoramento para ampliar as ações e a gestão com dados de atividade física, saúde e participação.
- Incluir o esporte infanto-juvenil como ação social elegível nas condicionantes de educação ambiental das indústrias, reconhecendo seu impacto mensurável em saúde, disciplina e engajamento comunitário.



6 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O direcionamento de esforços públicos e privados em prol do aprimoramento das propostas de iniciativas de Desenvolvimento produtivo, Tecnologia e Inovação tem potencial de fazer crescer a produtividade da economia paraense, aumentando a competitividade do setor e gerando benefícios socioeconômicos para a indústria e o conjunto da economia do estado.

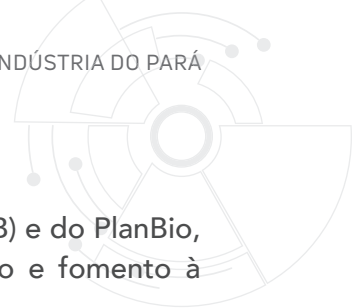


6.1. DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

 **Objetivo:** Conferir protagonismo à indústria no crescimento econômico brasileiro.

 **Iniciativas para o Mapa Estadual**

- Revisar e atualizar a Política Industrial do Pará, definindo cadeias prioritárias e metas de crescimento industrial no PIB até 2032.
- Criar plataforma de dados com indicadores para apoiar a transição industrial na Amazônia, decisões empresariais e políticas estaduais.
- Estruturar fórum permanente de desenvolvimento industrial, vinculado ao Mapa Estratégico da Indústria e à Nova Indústria Brasil (NIB).
- Realizar estudo sobre o impacto da Reforma Tributária nas cadeias produtivas do estado e o potencial de atração de novos investimentos.
- Estruturar política estadual de compras governamentais como instrumento de fomento industrial, priorizando produtos industriais e tecnologias inovadoras locais.
- Incentivar o desenvolvimento de cadeias produtivas baseadas em tecnologias verdes e produção sustentável com impacto social.
- Desenvolver diretrizes para a indústria na Amazônia, integrando metas climáticas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



- Alinhar e disseminar os mecanismos e missões da Nova Indústria Brasil (NIB) e do PlanBio, com foco no acesso a instrumentos de compras governamentais, crédito e fomento à transformação digital e sustentabilidade industrial.
- Modernizar o sistema de incentivos fiscais estaduais conforme critérios socioambientais e a reforma tributária, vinculando isenções a programas estratégicos como o PlanBio para atração de investimentos industriais sustentáveis.
- Integrar o planejamento industrial ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) para otimizar o uso do território no estado.
- Criar leis municipais de isenção de ISS e IPTU para empresas de base tecnológica em parques e distritos industriais.
- Articular instrumentos compatíveis com o novo regime tributário para incentivar a fabricação de semicondutores e componentes eletrônicos estratégicos, impulsionando o desenvolvimento da Indústria 4.0 no estado.



Objetivo: Desenvolver a cadeia produtiva em setores estratégicos, mais complexos e intensivos em tecnologia.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Desenvolver projetos de inovação para testar tecnologias de rastreabilidade e atender exigências de mercados premium.
- Modernizar a infraestrutura de instituições de formação profissional para ampliar o acesso regional a tecnologias de manufatura avançada.
- Fomentar o aproveitamento de resíduos industriais como insumos para novas cadeias produtivas, instituindo fórum e *hub* de inovação circular para articular atores da cadeia, valorizar a reutilização de resíduos e reconhecer empresas com práticas sustentáveis.
- Mapear as cadeias da sociobioeconomia estadual para identificar oportunidades de valor e gargalos de integração.
- Criar centros tecnológicos de excelência e fomentar indústrias de processamento da biodiversidade amazônica para o desenvolvimento de cosméticos, fármacos e demais produtos derivados de bioativos locais.
- Promover a interiorização da indústria de processamento no estado, por meio de instrumentos compatíveis com o novo regime tributário.
- Incentivar a criação de *hubs* de Tecnologia da Informação nos principais polos estratégicos do estado.
- Desenvolver programas de aceleração para empresas com soluções sustentáveis de alto impacto econômico.
- Expandir a infraestrutura de internet de alta velocidade em áreas industriais, incluindo regiões remotas, viabilizando a transformação digital e promovendo a inclusão produtiva regional.



- Fortalecer incentivos à verticalização de cadeias produtivas intensivas em recursos naturais, com foco no beneficiamento na origem e na agregação de valor local.
- Investir em hidrovias, portos regionais e armazenagem para integrar regiões produtoras ao escoamento da produção industrial.
- Estimular a qualificação contínua da mão de obra técnica e o empreendedorismo em setores industriais estratégicos, articulando programas de treinamento e educação profissional alinhados à densificação tecnológica das cadeias produtivas.
- Verticalizar a cadeia mineral-metalúrgica do Pará, articulando incentivos, infraestrutura e PD&I para a transformação local de minérios estratégicos e a produção de insumos industriais de maior valor agregado.
- Promover a adoção de tecnologias de manufatura avançada no setor industrial do estado.
- Criar mecanismos que incentivem empresas-âncora a investir no desenvolvimento e qualificação de fornecedores locais, priorizando cadeias produtivas estratégicas.
- Articular junto ao governo a edição de decretos para desonerar a importação de máquinas e equipamentos de alta precisão, viabilizando a modernização da indústria local.
- Capacitar comunidades locais para criar redes de fornecedores qualificados nas cadeias produtivas sustentáveis.
- Modernizar e implementar o Sistema Estadual de Inovação do Pará (SECTET, 2019), com expansão para novos polos do estado.
- Fomentar a indústria local de *hardware* e IoT, articulando parcerias internacionais estratégicas para atração e desenvolvimento de fabricantes no estado.

6.2. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



Objetivo: Aumentar o investimento em inovação.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Facilitar o acesso de pequenas e médias indústrias a editais de fomento à inovação e a atendimento técnico especializado.
- Fomentar pesquisas em sociobioeconomia e baixo carbono, com foco em tecnologias de conversão de resíduos e aproveitamento da biodiversidade.
- Estimular a articulação dos ecossistemas de inovação, integrando governo, academia, setor produtivo e demais agentes em diferentes territórios e setores econômicos do estado.
- Criar e fortalecer fundos estaduais de investimento voltados à inovação, com instrumentos específicos para *startups*, projetos de risco tecnológico, bioeconomia e tecnologias sustentáveis.



- Estimular a criação e expansão da rede de incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos, integrando a produção das diferentes regiões do estado para fortalecer o ambiente de inovação industrial.
- Conectar o setor industrial aos institutos de inovação regionais para o desenvolvimento de soluções tecnológicas customizadas.
- Estimular projetos de pesquisa aplicada e colaborativa entre indústrias e universidades, com acesso a linhas de crédito e fomento à inovação.
- Implementar o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação para facilitar a integração entre universidades, institutos e setor privado.
- Aumentar o valor e a oferta de bolsas de mestrado e doutorado para qualificação técnica na região.
- Criar fundo regulado para investimentos em pesquisa e inovação voltados a setores industriais estratégicos do estado.
- Atrair empresas de alta densidade tecnológica, aproveitando o potencial energético amazônico como vetor de *PowerShoring* industrial.



Objetivo: Aperfeiçoar as políticas e regulamentações públicas de fomento à inovação.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar marco regulatório estadual para definir regras de uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais.
- Aprimorar a legislação estadual de destinação de *royalties* minerais (Leis Estaduais nº 133 e 146 – CFEM) e hídricos para o fomento da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do empreendedorismo no Pará.
- Ampliar o acesso das indústrias a recursos federais de fomento à inovação, por meio de estrutura especializada de capacitação e elaboração de projetos.
- Ampliar programas de inovação aberta que conectem grandes indústrias a *startups* e à base tecnológica local.
- Estender a Lei do Bem para empresas do Lucro Presumido para ampliar o investimento em tecnologia no estado.
- Criar um ambiente regulatório experimental (*Sandbox*) para agilizar o teste de tecnologias inovadoras no estado.
- Identificar e endereçar lacunas concretas de regulamentação e implementação da Lei Estadual de Inovação (Lei nº 7.899/2016, reformada pela Lei nº 9.233/2021), com foco na efetividade dos instrumentos já previstos em lei e na agilização do licenciamento de novas tecnologias.



- Considerar o “fator amazônico” nos editais federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação, ampliando a participação da região Norte no orçamento nacional.
- Aperfeiçoar a governança do Fundo Estadual de Inovação, instituindo planejamento de longo prazo, mecanismos de acompanhamento por instituições de ensino e sociedade civil, e alinhamento dos editais às estratégias estaduais e nacionais de bioeconomia e neointustrialização (PlanBio e NIB).
- Instituir fórum permanente de Inovação do estado, com governança colegiada entre governo, indústria e demais agentes do ecossistema de inovação, visando à integração estratégica das políticas de inovação às demais agendas estaduais.
- Criar um ambiente jurídico estável e previsível para aumentar a segurança na atração de novos investimentos.

6.3. PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO NAS EMPRESAS



Objetivo: Aumentar a produtividade da indústria brasileira.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Ampliar parcerias entre o setor industrial e centros de pesquisa de excelência em bioeconomia e economia circular.
- Identificar e adaptar tecnologias sustentáveis para uso no setor industrial da região amazônica.
- Desenvolver e aplicar modelos de negócios inovadores adequados às características e potenciais da Amazônia.
- Criar um ecossistema favorável para a atração de novas empresas e o surgimento de negócios industriais no Pará.
- Mapear e disseminar tecnologias sustentáveis escaláveis para aplicação no setor industrial.
- Estruturar programa articulado ao Programa Brasil Mais Produtivo e à agenda Indústria 4.0 Amazônica, com foco em eficiência operacional e transformação digital para pequenas e médias indústrias.
- Implementar programas de extensão industrial para levar qualificação técnica, recursos tecnológicos e gestão a micro e pequenas empresas, destacadamente do interior do Estado.
- Modernizar a logística das cadeias produtivas industriais, por meio de digitalização, rastreabilidade e monitoramento em tempo real.
- Implementar programas de manufatura enxuta (*Lean Manufacturing*) para reduzir desperdícios nas indústrias locais.
- Ampliar projetos de eficiência energética para reduzir custos operacionais e a emissão de carbono industrial.



- Estabelecer redes de cooperação e *clusters* produtivos entre empresas de diferentes setores para ganho de escala, compartilhamento de serviços logísticos e ampliação da competitividade regional.
- Incentivar o Programa Brasil Mais Produtivo para melhorar a gestão e a digitalização em pequenas e médias indústrias.
- Estruturar programas de capacitação em gestão de projetos e de processos – com foco em metodologias ágeis, formação de gestores para transformação digital, inovação e desenvolvimento de novos produtos, incluindo apoio à implantação de escritórios de gerenciamento de projetos (EGPs/PMOs).



Objetivo: Incentivar o registro de patentes.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Mapear e formalizar ativos tecnológicos da indústria, promovendo auditorias de propriedade intelectual e a proteção de inovações empresariais.
- Estabelecer parcerias com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) visando apoio ao registro de marcas e patentes, facilitando o acesso de empresas industriais à proteção da propriedade intelectual.
- Fomentar a propriedade intelectual na bioeconomia amazônica, com proteção de ativos da biodiversidade, conhecimentos tradicionais e inovações regionais.
- Articular junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e instâncias federais a simplificação e agilização dos processos de registro de patentes.
- Estruturar trilhas de capacitação sobre propriedade intelectual e proteção de ativos para o setor industrial, com módulos transversais nas demais trilhas formativas e cursos autônomos voltados a pequenas e médias indústrias, incluindo *workshops* técnicos específicos sobre redação de patentes.
- Realizar eventos e rodadas de negócios integrando Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), redes de inovação regionais e o setor industrial, para a negociação e transferência de tecnologia.
- Estabelecer linhas de financiamento e subsídios para cobrir custos de depósito de patentes, ampliando o acesso do setor industrial à proteção de propriedade intelectual.
- Criar núcleo especializado em propriedade intelectual para prestar consultoria técnica ao setor industrial, em articulação com os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs).
- Ampliar o uso do Trâmite Prioritário do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para acelerar o registro de patentes de tecnologias inovadoras e de micro e pequenas empresas paraenses.



- Estruturar mecanismos de transferência tecnológica entre instituições de inovação, ciência e tecnologia, redes de inovação e o setor produtivo, priorizando a comercialização de patentes e ativos de propriedade intelectual, com a realização periódica de eventos e rodadas de negócios.
- Promover programas de letramento e sensibilização do setor industrial sobre propriedade intelectual, abrangendo todos os mecanismos de proteção da inovação.



Objetivo: Promover a transformação digital na indústria.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar e ampliar linhas de crédito específicas para modernização, automação e digitalização do parque industrial local, com foco em inovação tecnológica e apoio às pequenas e médias empresas.
- Viabilizar projetos para aumento de maturidade digital em indústrias de pequeno e médio porte.
- Criar ou alterar leis municipais visando à desburocratização da instalação de infraestrutura 5G em polos industriais do estado.
- Desenvolver programas de letramento em sustentabilidade digital para o setor industrial, capacitando equipes na adoção de tecnologias digitais que reduzam o consumo energético e as emissões de carbono dos processos produtivos.
- Implantar canais de orientação técnica para digitalização de empresas, integrando-as a programas nacionais e ecossistemas locais de inovação.
- Criar programa de Indústria 4.0 adaptado à realidade amazônica, conectando o setor industrial a tecnologias de automação, IoT (Internet das coisas), análise de dados e demais soluções digitais.
- Desenvolver plataformas digitais e *marketplaces* para a comercialização de produtos amazônicos em diversos mercados.
- Criar programas de *vouchers* digitais para subsidiar serviços de consultoria em digitalização industrial.
- Fortalecer laboratórios de teste e prototipagem – digital e física – para apoiar o desenvolvimento de novos produtos industriais e a aceleração da inovação.
- Incentivar a digitalização de processos administrativos e comerciais em micro e pequenas indústrias.
- Disponibilizar serviços de consultoria para a adoção de Inteligência Artificial em pequenas e médias indústrias.
- Desenvolver projetos de Transformação Digital e editais para medição e monitoramento de processos industriais em tempo real.



- Estruturar programa estadual de capacitação e adoção de Inteligência Artificial na indústria, com trilhas formativas por nível hierárquico e casos de uso setoriais.



Objetivo: Melhorar a qualidade da gestão empresarial do Brasil, com impactos positivos sobre a qualidade dos produtos.

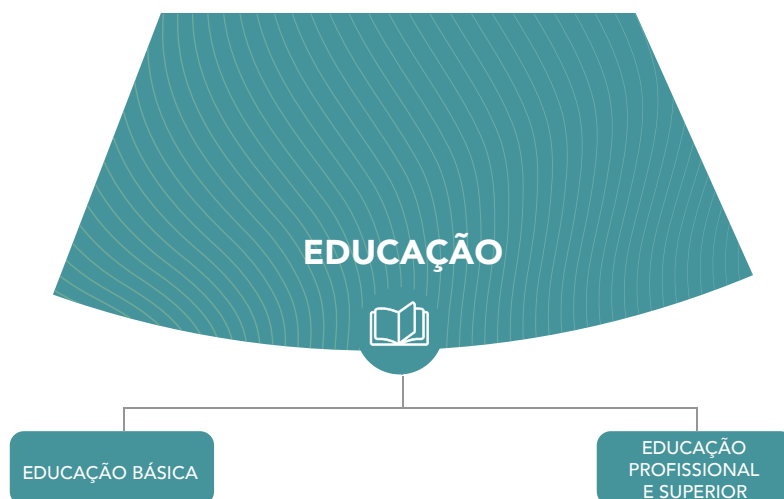


Iniciativas para o Mapa Estadual

- Promover eventos que integrem indústrias de diferentes setores para estabelecimento de novas conexões e premiação de casos de sucesso de inovação.
- Apoiar a indústria paraense na obtenção de selos sustentáveis e certificações reconhecidas como ESG e ISO, facilitando o acesso a mercados premium, exigentes e a linhas de financiamento.
- Promover programas integrados de capacitação em empreendedorismo, gestão, descarbonização, inovação e IA, incluindo trilhas específicas para gestores industriais, empreendedores, cooperativas e pequenos negócios.
- Implantar programas de excelência em gestão baseados em referências nacionais e internacionais.
- Modernizar processos de governança corporativa em empresas industriais de base familiar.
- Estruturar trilhas de capacitação executiva em liderança, estratégia e novos modelos de negócio, com ênfase em gestão baseada em dados e Inteligência Artificial.
- Integrar práticas de gestão ESG ao planejamento estratégico das indústrias, com indicadores e metas mensuráveis de desempenho.
- Articular a aplicação plena da Lei da Liberdade Econômica (Lei federal nº 13.874/2019) nas esferas estadual e municipal, reduzindo burocracia documental e automatizando o licenciamento empresarial.

7 EDUCAÇÃO

A educação, quando alinhada às demandas da indústria, desempenha papel transformador para a modernização e o desenvolvimento industrial paraense, impulsionando a competitividade e a produtividade do estado.



7.1. EDUCAÇÃO BÁSICA

Objetivo: Elevar a qualidade da educação básica.

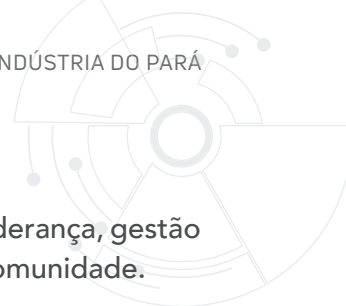
Iniciativas para o Mapa Estadual

- Fomentar programas de iniciação científica, olimpíadas, robótica, cultura *maker* e educação empreendedora nas escolas públicas e privadas, com foco em desafios da Amazônia e da indústria paraense.
- Ampliar parcerias com secretarias municipais de educação no Pará para transferência de metodologias educacionais do Sistema Indústria, priorizando municípios com maior presença industrial.
- Estruturar o programa Mentes Criativas no Pará como contraturno em escolas municipais parceiras com oficinas ancoradas em desafios de baixo carbono.
- Fortalecer com a Secretaria de Educação do Pará (SEDUC) e municípios ações de alfabetização, recomposição das aprendizagens e melhoria em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.
- Implementar projetos de aprendizagem na realidade amazônica e industrial do Pará, conectando currículo, cultura, bioeconomia e sustentabilidade.

Objetivo: Elevar a qualidade da gestão escolar.

Iniciativas para o Mapa Estadual

- Estabelecer cooperação técnica com as Secretarias de educação para o fortalecimento da gestão escolar nas redes parceiras, orientada por resultados educacionais e com prioridade para regiões de maior presença industrial.



- Apoiar a formação, seleção e avaliação de gestores escolares com foco em liderança, gestão orientada por resultados, uso de dados educacionais e articulação com a comunidade.
- Propor à Secretaria de Educação do Pará (SEDUC) modelo de cogestão de escolas com o Sistema Indústria, com definição compartilhada de metodologia, gestão e responsabilidades entre o setor industrial e o poder público.
- Estabelecer agenda de cooperação com redes municipais e estaduais de educação para acompanhamento de escolas em áreas de maior vulnerabilidade social e logística, com apoio técnico do Sistema Indústria.



Objetivo: Aprimorar a formação inicial e continuada dos professores.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Construir, em cooperação com as redes de ensino, política de formação docente voltada ao fortalecimento de competências STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts, Mathematics), Educação Ambiental e tecnologias educacionais alinhadas aos desafios da nova indústria e da Amazônia.
- Ampliar a formação continuada de profissionais da educação no Pará, com núcleos regionais de capacitação docente em regiões com forte presença industrial.
- Oferecer, em parceria com universidades públicas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Sistema S e redes de ensino, formação continuada em metodologias ativas e cultura digital.
- Promover vivências de professores em ambientes industriais, laboratórios, feiras e projetos para aproximar a formação do mundo do trabalho.



Objetivo: Ampliar as matrículas na EJA integrada à educação profissional.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Expandir as ofertas da Nova EJA integrada ao SENAI, priorizando regiões com elevada informalidade.
- Desenvolver trilhas de EJA profissionalizante vinculadas às principais cadeias produtivas do Pará, conectando a educação básica à qualificação profissional para reinserção no mercado formal.
- Estabelecer parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego para que beneficiários do Bolsa Família sejam encaminhados à Nova EJA integrada.
- Expandir a oferta de EJA integrada em parceria com Sesi, SENAI, Secretaria Estadual de Educação e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, priorizando jovens fora da escola e populações de baixa escolaridade.



Objetivo: Melhorar a infraestrutura das escolas de educação básica.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Apoiar tecnicamente a melhoria da infraestrutura das escolas públicas e conectividade para integrar tecnologia, inovação e projetos pedagógicos.
- Mobilizar parcerias público-privadas para modernizar laboratórios de ciências, robótica, bibliotecas e ambientes *maker* em escolas de ensino médio.

7.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR



Objetivo: Ampliar as matrículas no itinerário da formação técnica e profissional no ensino médio.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Estruturar trilhas e itinerários técnicos de nível médio voltados às demandas do Pará, com ênfase em bioeconomia, energia solar, construção sustentável, ESG, rastreabilidade, química, eletrotécnica, automação e manutenção.
- Articular com a Secretaria de Educação a expansão do SENAI nas escolas estaduais, com foco em cursos de baixo carbono e rastreabilidade alinhados à Jornada COP+.
- Promover articulação entre a FIEPA e a Secretaria de Educação para captar recursos do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados–PROPAG no Pará, direcionando-os à ampliação de matrículas em educação profissional vinculadas à bioeconomia.
- Ampliar, com articulação entre SENAI, secretarias de educação e ciência e tecnologia e instituições de ensino, a oferta de formação técnica, priorizando escolas localizadas próximas aos polos industriais e aos arranjos produtivos locais.
- Implementar ações de orientação profissional e projetos de vida, por meio de visitas técnicas, mentorias, oficinas e divulgação de oportunidades de formação, estágio e emprego.
- Integrar os currículos da Educação Básica com a Educação Profissional nas redes parceiras, com foco na formação técnica e na retenção de estudantes.
- Atualizar itinerários formativos com foco em Indústria 4.0, digitalização, sustentabilidade e bioeconomia amazônica.
- Fortalecer a inclusão digital como condição prévia para adoção de IA e tecnologias avançadas no estado.

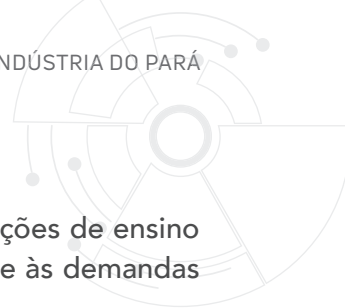


Objetivo: Ampliar o número de matrículas na educação profissional e tecnológica.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Fortalecer o acesso da população às ofertas de qualificação profissional por meio de plataformas digitais com identidade regional, facilitando a conexão de trabalhadores e jovens aos cursos disponíveis no estado.



- Modernizar laboratórios, ambientes de aprendizagem profissional e instalações de ensino técnico e superior, conectando a infraestrutura às tecnologias da indústria e às demandas produtivas do Pará.
- Criar um programa de capacitação para pequenas indústrias visando à adequação ao Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira–CBAM europeu e às práticas de sustentabilidade, em alinhamento com o Comitê da Jornada COP+.
- Ampliar a oferta de cursos e certificações para trabalhadores da indústria e jovens, com concessão de bolsas e vagas gratuitas, em parceria com empresas e o poder público.
- Desenvolver modelos replicáveis de unidades de referência em educação profissional, com portfólio de cursos tecnológicos curtos e focados nas demandas da indústria regional.
- Desenvolver estratégias de captação para jovens do ensino médio, trabalhadores informais, população 50+, mulheres e retornantes ao mercado.
- Expandir matrículas em áreas prioritárias do estado: mineração, construção civil, logística, agroindústria, bioeconomia e indústria sustentável.
- Escalar ofertas educacionais híbridas e modularizadas, considerando as limitações territoriais e os desafios de conectividade regional.
- Integrar a Educação Profissional a políticas públicas de inclusão produtiva, com contrapartida formativa.
- Desenvolver programas direcionados a mulheres, públicos vulneráveis, população indígena, quilombola e trabalhadores informais.
- Ampliar uso de tecnologias educacionais, microcredenciais e aprendizagem ao longo da vida.



Objetivo: Aumentar a participação de alunos em cursos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Ampliar a oferta de cursos superiores de tecnologia, por meio de plataformas de ensino digital, priorizando áreas de engenharia ambiental, energias renováveis e cadeias agroindustriais.
- Estruturar programa de conexão entre pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa e projetos de inovação das indústrias em bioeconomia, estimulando carreiras de ciência e tecnologia aplicada.
- Criar programas de atração de estudantes para carreiras STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática), com atenção a mulheres, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e jovens de periferias.
- Articular bolsas, mentorias e estágios de iniciação tecnológica com empresas, universidades, SENAI, IEL, *startups* e centros de pesquisa.



- Formatar e ofertar programas de pós-graduação *lato sensu* (especialização/MBA) para profissionais de atuação técnica ou executiva em parceria com instituições locais.



Objetivo: Aprimorar o nível de educação executiva dos gestores.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Estruturar Programa de Liderança para a Transição Justa na Amazônia com módulos em estratégia de baixo carbono, financiamento climático e bioeconomia.
- Implementar programa de planejamento de sucessão empresarial para líderes de empresas familiares da indústria paraense, com ênfase na transição para modelos de gestão sustentável e de baixo carbono, incluindo as empresas das cadeias da bioeconomia.
- Oferecer programas para lideranças de micro, pequenas e médias indústrias, considerando sucessão empresarial, crédito, inovação e cadeias de valor.
- Promover programas de mentoria entre executivos, empresários e universidades para fortalecer a capacidade gerencial nos setores de mineração, logística, energia e bioeconomia.



Objetivo: Alinhar a educação profissional e superior às demandas do setor produtivo.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Integrar dados do Mapa do Trabalho Industrial e do Painel de Empregabilidade RAIS à definição da oferta formativa estadual, subsidiando a atualização de currículos, a criação de novos cursos e o monitoramento de tendências por ocupação.
- Instituir comitês setoriais de educação e indústria, com participação de instituições de ensino, empresas e governo, para pactuar trilhas formativas e estruturar mecanismos contínuos de escuta ativa.
- Estabelecer mecanismo permanente de alinhamento entre as demandas das empresas e a oferta de cursos de qualificação profissional, orientado pelas prioridades da Jornada COP+ e articulado com os arranjos produtivos locais.
- Criar, em parceria com o Comitê de Sociobioeconomia da Jornada COP+, um programa de extensão produtiva para fornecedores, com apoio técnico do SENAI à qualificação, à formalização produtiva e à inserção em cadeias sustentáveis.
- Monitorar a empregabilidade de egressos e a satisfação das empresas para orientar o aprimoramento de cursos, currículos, estágios, aprendizagem e formação continuada.
- Fortalecer a articulação entre as ofertas de qualificação profissional e os empresários, demonstrando resultados de empregabilidade e promovendo a corresponsabilidade das indústrias na formação de seus trabalhadores.
- Formar parcerias com programas de pós-graduação locais *lato* e *strictu sensu* para qualificação de profissionais da indústria.



Objetivo: Ampliar a participação de profissionais de nível técnico e superior (tecnologia e engenharia) na indústria.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Desenvolver campanha permanente de valorização das carreiras industriais e da Educação Profissional junto a jovens e famílias, com dados de empregabilidade, renda e perspectivas de crescimento, reposicionando a indústria como escolha atraente e sustentável.
- Implementar programas para levar alunos do ensino médio a indústrias da bioeconomia (açaí, energias), apresentando-a como possível carreira.
- Repatriar profissionais técnicos e superiores de engenharia e ciências da natureza que atuam em outros estados ou no exterior, conectando-os às indústrias.
- Expandir programas de estágio, residência tecnológica, aprendizagem industrial e *trainee* nos polos com apoio do IEL, SENAI, universidades e IFPA.
- Articular esforços com a federação para implantar unidades de ensino técnico em polos produtivos estratégicos.
- Propor qualificação proativa para a cadeia de óleo e gás da Margem Equatorial, adotando o modelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) adaptado e proposto para o Pará.
- Criar programa de retenção e repatriação de talentos técnicos paraenses, articulando FIEPA, universidades e Governo do Estado para fortalecer as condições do ecossistema de inovação como fator de atração e permanência.



Objetivo: Aumentar a taxa de efetivação dos aprendizes na indústria.



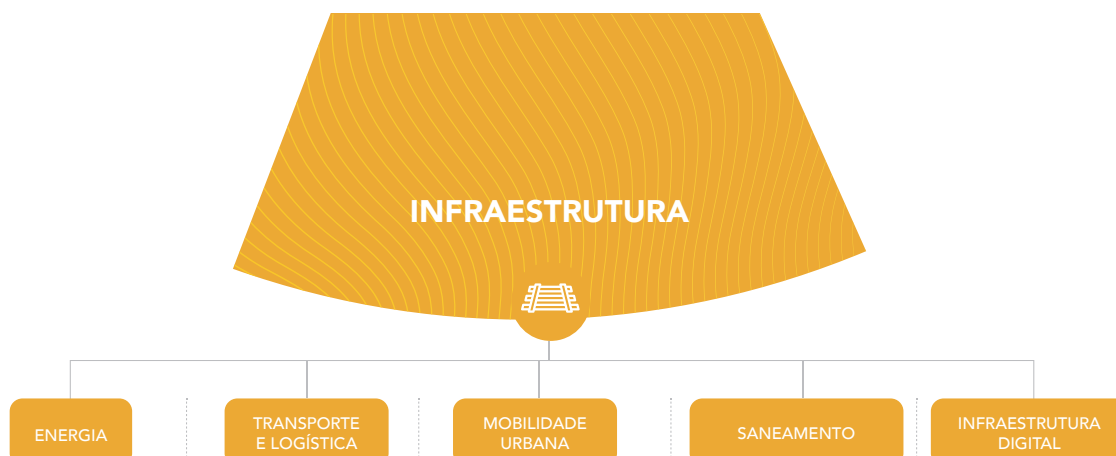
Iniciativas para o Mapa Estadual

- Estruturar programa de aprendizagem profissional nas principais cadeias produtivas do estado – incluindo bioeconomia, mineração, agroindústria e logística –, com contratação do aprendiz desde o início do curso e integração com as demandas reais das empresas.
- Estruturar uma campanha junto às indústrias signatárias dos compromissos da Jornada COP+, visando à ampliação das vagas com foco em ESG, com a meta de elevar a taxa de adesão de 14% para 40%.
- Criar um banco estadual de talentos da aprendizagem industrial, conectando jovens profissionais formados a vagas reais das empresas e aos setores com maior demanda.
- Implementar programas de transição escola trabalho focados em primeiro emprego industrial e retenção local.



8 INFRAESTRUTURA

Fortalecer e expandir a infraestrutura nacional permite que o estado crie bases sólidas para catalisar seu progresso, atrair investimentos e alcançar um desenvolvimento pleno e duradouro.



8.1. ENERGIA

Objetivo: Garantir o fornecimento de energia elétrica a preços competitivos para a indústria.

Iniciativas para o Mapa Estadual

- Manter a autoprodução de energia renovável (solar, biomassa, cogeração), com apoio de linhas de crédito específicas e prioridade nos polos industriais estratégicos.
- Criar programas estaduais de incentivo fiscal, regulatório e de modernização do setor elétrico, incluindo transmissão, inovação tecnológica e fontes alternativas sustentáveis, com foco em segurança energética, modicidade tarifária e competitividade da indústria, alinhados à MP 1300/2025 e à agenda de descarbonização industrial.
- Modernizar as redes de distribuição elétrica (*smart grids*) para reduzir perdas técnicas e comerciais, com prioridade nos polos industriais estratégicos.
- Priorizar investimentos em novas linhas de transmissão e reforços estruturais, integrando áreas e polos mineral-metalúrgicos ao Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Apoiar projetos de interligação de sistemas isolados na Amazônia, priorizando hibridização de energia, reduzindo custos e aumentando eficiência.
- Atrair investimentos via leilões de transmissão e parcerias público-privadas.
- Incentivar a migração da indústria para o mercado livre de energia (ACL), com programas de orientação técnica e em articulação com entidades reguladoras e de comercialização.
- Estimular arranjos energéticos locais (*clusters* industriais com geração própria).
- Atuar junto ao governo federal e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para garantir condições tarifárias competitivas ao setor industrial.



- Criar programas estaduais de apoio à gestão energética para empresas, com diagnóstico, certificação e linhas específicas de financiamento.
- Promover a utilização do Decreto Estadual nº 2.748/2022 (PlanBio) como instrumento de acesso a crédito junto a bancos públicos de desenvolvimento para projetos de descarbonização e cogeração industrial.
- Promover o desenvolvimento e adoção de tecnologias como hidrogênio verde e biomassa para geração de energia e derivados para a sociedade e indústria.
- Articular junto às instâncias estaduais e federais competentes o destravamento de projetos de infraestrutura energética e a revisão das tarifas de energia para o setor industrial.
- Criar fórum permanente de monitoramento do plano de investimentos energéticos, com participação de governo, distribuidoras e setor industrial, para acompanhar indicadores de qualidade por subestação e a expansão de novos polos produtivos.
- Pleitear revisão da carga tributária para indústrias de alto consumo (MP 1300).
- Estruturar programa estadual de qualificação profissional para o setor energético, sustentando a sua operação e expansão.
- Estruturar programa de eficiência energética nos polos produtivos do estado, articulando entidades de formação técnica, distribuidoras e instrumentos de financiamento específicos, com foco na redução do consumo energético e das emissões de carbono.
- Fomentar a criação de cooperativas de consumo de energia no mercado livre (ACL) para condomínios industriais e distritos produtivos.
- Destinar parte dos recursos da Taxa Mineral e da Taxa de Recursos Hídricos ao fomento de programas de modernização industrial, troca de maquinário e substituição de matriz energética, podendo utilizar recursos vinculados à atividade mineral e hídrica, fundos públicos e bancos de desenvolvimento, inclusive o Banco do Estado do Pará – BANPARÁ.



Objetivo: Garantir o fornecimento de gás natural a preços competitivos para a indústria.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Criar instância permanente de governança do Mercado Livre de Gás com participação de indústria, governo estadual, concessionária, agência reguladora e grandes consumidores, voltada à compatibilização regulatória e ao monitoramento do mercado.
- Revisar e regulamentar a legislação estadual do consumidor livre, autoprodutor e autoimportador de energia, alinhando-a à Lei nº 14.134/2021 e eliminando barreiras como requisitos de consumo mínimo, prazos excessivos e condicionantes discricionárias.
- Desenvolver programas de capacitação técnica para formação de mão de obra especializada em aplicações industriais de gás natural, atendendo às demandas dos setores produtivos do estado.



- Estabelecer metas anuais de melhoria regulatória baseadas nos critérios do RELIVRE (Ranking do Estado da Liberdade do Mercado de Gás Natural-ABRACE).
- Implantar um modelo de regulação para autorizar a atuação de comercializadores com regras simples de cadastro e operação.
- Atuar junto à distribuidora estadual para eliminar cláusulas que inviabilizem contratos entre consumidores e supridores.
- Padronizar contratos de uso do sistema de distribuição, balanceamento, medição e penalidades, reduzindo assimetria e custo de transação.
- Garantir isonomia tarifária e impedir subsídios cruzados ou tratamentos discriminatórios entre consumidores cativos e livres do mercado de gás natural, com transparência na separação dos componentes de molécula, transporte e distribuição.
- Adotar tarifa de uso da rede estadual objetiva, auditável e previsível, com consulta pública periódica.
- Criar mecanismos para acesso não discriminatório à infraestrutura local.
- Mapear a demanda industrial âncora por região e priorizar corredores de suprimento de gás natural para os setores industriais de maior intensidade energética, orientando as decisões de investimento em infraestrutura dutoviária e em soluções alternativas.
- Avaliar soluções de gasoduto virtual, pequena escala de Gás Natural Liquefeito (GNL), Gás Natural Liquefeito (GNL) fluvial e bases de regaseificação para regiões sem rede dutoviária.
- Integrar o planejamento da infraestrutura de gás natural – terminais de regaseificação, malha dutoviária, bases de apoio *offshore* e soluções logísticas complementares – aos portos, hidrovias e zonas industriais do estado, conectando as principais regiões industriais à rede de suprimento e posicionando o estado como base logística e energética.
- Priorizar políticas de expansão do acesso ao gás natural nos setores industriais com maior potencial de ganho competitivo, com foco em processos de alta intensidade energética.
- Criar infraestrutura para ampliar a oferta de gás natural para o abastecimento de carros e caminhões.
- Posicionar o gás natural como energia de transição para elevar a competitividade industrial do estado, reduzir emissões e ampliar a confiabilidade do sistema energético regional.
- Conectar a agenda do gás natural a projetos industriais de cogeração, bioenergia e produção de combustíveis de menor carbono, integrando a pauta energética à descarbonização da indústria.
- Investir na regulamentação do fornecimento do Gás e ter incentivos de melhoria de infraestrutura para logística, distribuição e fornecedores.
- Promover a disseminação de informações sobre as regras do Mercado Livre de Gás para ampliar a adesão das indústrias ao regime de consumidor livre.



- Fomentar estudos para revendedores independentes de gás natural no estado.
- Mapear o potencial de expansão do uso de gás natural na indústria do estado e articular sua inclusão na Taxonomia Sustentável Brasileira como vetor de transição energética.

8.2. TRANSPORTE E LOGÍSTICA



Objetivo: Aumentar os investimentos em infraestrutura de transportes.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Articular, junto ao governo federal, a inclusão dos projetos prioritários de infraestrutura logística do Pará – multimodal e integrada – no Plano Nacional de Logística, posicionando o estado como plataforma estratégica do Arco Norte e dos corredores nacionais de transporte.
- Mapear e defender novos projetos de infraestrutura portuária no estado, tornando-o mais competitivo em relação a outros estados, com atenção às rotas internacionais e à integração dos portos aos corredores logísticos nacionais e globais.
- Articular e executar o projeto de derrocamento do Pedral do Lourenço, para viabilizar a plena navegação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, ampliando a capacidade logística regional.
- Viabilizar a implementação das Hidrovias do Tajapós e do Tocantins como rotas estratégicas de escoamento da produção industrial do Pará via Arco Norte.
- Expandir o uso de hidrovias amazônicas conectadas a portos fluviais e marítimos, reduzindo a dependência do modal rodoviário e integrando os diferentes corredores logísticos regionais.
- Viabilizar e mobilizar os esforços para a aprovação e execução de projetos como a Ferrogrão e Norte-Sul, priorizando-os como corredores estratégicos para o escoamento de produção.
- Articular a criação de novos ramais ferroviários para conectar regiões produtivas e de potencial mineral aos principais terminais portuários do estado, integrando o sistema logístico intermodal.
- Estruturar o projeto da Ferrovia Paraense (FEPASA) para conectar o interior do estado aos principais terminais portuários, ampliando o escoamento da produção regional por modal ferroviário.
- Estruturar projetos de infraestrutura logística para atração de capital privado, via PPPs, concessões e debêntures incentivadas (Lei 12.431/2011).
- Desenvolver corredores logísticos integrados conectando regiões produtivas do interior aos portos, aeroportos e terminais de escoamento, priorizando rotas multimodais de alto impacto para as cadeias industriais do estado e para a sua integração aos fluxos nacionais e internacionais de comércio.
- Incentivar a instalação de terminais privados de uso misto (TUPs) e *hubs* logísticos fluviais.



- Promover desafios regionais de inovação logística com incentivos e investimento direcionados a Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), em parceria com empresas e *startups*, para soluções sustentáveis.
- Estabelecer governança integrada e mecanismos de articulação institucional – envolvendo tribunais e ministérios competentes – para destravar projetos de infraestrutura logística paralisados por disputas judiciais, ambientais ou políticas, viabilizando a execução de grandes obras portuárias e dos corredores de integração.
- Elaborar diagnóstico e proposta ao INFRAERO e Ministério dos Transportes sobre a capacidade e o potencial de utilização dos aeroportos regionais do estado para operações de carga, integrando-os à malha logística intermodal.
- Criar Selo Verde para projetos de infraestrutura que adotem critérios técnicos, econômicos e ambientais, priorizando hidrovias, ferrovias e parâmetros socioambientais.
- Elaborar plano de investimento em infraestrutura viária rural – estradas, pontes e acessos no interior – voltado a sustentar as cadeias produtivas da bioeconomia e da agroindústria como infraestrutura de base para a competitividade regional.
- Estruturar estratégia de aproveitamento de grandes eventos internacionais sediados no estado como alavanca para investimentos estruturantes em mobilidade, saneamento e conectividade como legados permanentes de infraestrutura.
- Estruturar distritos industriais estratégicos como *hubs* logísticos de integração interregional, aproveitando conexões ferroviárias e hidroviárias para ampliar o comércio com outras regiões do país.
- Desenvolver porto de águas profundas e base logística *offshore* para apoiar a exploração da Margem Equatorial e receber embarcações de grande porte.
- Garantir que a outorga da renovação da concessão da Estrada de Ferro Carajás seja aplicada em projetos dentro do estado.
- Revisar modelos de concessão de infraestrutura logística, garantindo mecanismos de desenvolvimento social dos territórios atravessados contemplando comunidades indígenas e ribeirinhas, além das condicionantes ambientais.



Objetivo: Modernizar a infraestrutura das rodovias.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Desenvolver plano estadual de modernização e manutenção da malha viária, priorizando rodovias de integração regional com pavimentação de corredores e pontes definitivas, para garantir acesso confiável aos *hubs* multimodais e às regiões produtivas.
- Implantar sistemas inteligentes de transporte nos corredores de carga das rodovias paraenses para monitoramento do tráfego e gestão da frota industrial.



- Avançar com projetos de duplicação das rodovias federais estratégicas do estado, ampliando a capacidade viária e a segurança dos principais corredores de escoamento.
- Estruturar um plano de concessões de rodovias estaduais.
- Estruturar programa estadual de qualificação profissional para o setor de infraestrutura rodoviária, sustentando a sua operação e expansão.
- Investir em infraestrutura básica nos municípios e polos produtivos – pavimentação, acessos, saneamento e conectividade – para suportar o desenvolvimento de cadeias industriais, logísticas, energéticas e produtivas estratégicas, inclusive aquelas associadas à Margem Equatorial.



Objetivo: Modernizar a infraestrutura das ferrovias.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Promover o ambiente de negócios para a expansão da infraestrutura ferroviária pelo setor privado, amparado pela Lei Federal nº 14.273/2021, incentivando a construção de novos trilhos para integração interregional de pessoas e cargas.
- Incentivar o uso compartilhado da infraestrutura ferroviária existente para promover terminais intermodais de pessoas e cargas, ampliando o aproveitamento dos ativos do estado.
- Estruturar programa estadual de qualificação profissional para o setor ferroviário, sustentando a operação e a expansão da malha ferroviária do estado.
- Concluir os trechos pendentes da Ferrovia Norte-Sul no estado, com prioridade ao trecho Açailândia-Barcarena, consolidando a conexão do tronco ferroviário nacional ao Porto de Barcarena e ampliando a capacidade de escoamento da produção industrial do Pará via Arco Norte.



Objetivo: Modernizar a infraestrutura de transportes aquaviários.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Ampliar e modernizar os portos estratégicos do estado para aumentar a capacidade de escoamento da produção, incluindo a expansão de áreas de retroporto para instalação de indústrias de processamento de maior valor agregado.
- Estruturar plano permanente de dragagem, sinalização, balizamento e monitoramento das hidrovias estratégicas e dos canais de acesso aos portos do estado, garantindo navegabilidade ao longo de todo o ciclo hidrológico amazônico e segurança logística para os fluxos industriais nacionais e internacionais, inclusive cadeias associadas à Margem Equatorial.
- Estruturar programa estadual de qualificação profissional para o setor aquaviário e portuário, sustentando a sua operação e a expansão.



Objetivo: Melhorar a eficiência dos serviços logísticos.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Implementar programas de capacitação profissional em gestão logística, *supply chain* e operações multimodais, em articulação com entidades educacionais e empresas operadoras.
- Implantar *hubs* logísticos e plataformas multimodais nos polos industriais para ampliar a integração rodovia – ferrovia – hidrovía – porto – aeroporto, fortalecendo o Pará como plataforma logística de conexão nacional e internacional e como base de apoio a novas cadeias estratégicas, inclusive a Margem Equatorial.
- Promover a digitalização da cadeia logística por plataformas digitais de gestão de cargas, rastreabilidade, integração de dados, automação portuária e inteligência logística, preparando o estado para operações industriais, portuárias e *offshore* de maior complexidade.
- Fomentar a criação de Estações de Transbordo de Carga (ETC) em pontos estratégicos de interseção entre rodovias e hidrovias, integrando os fluxos logísticos do interior ao sistema hidroviário.
- Implantar o Observatório de Infraestrutura e Logística como núcleo de estudos integrados entre FIEPA, setor produtivo, universidades, institutos de pesquisa e inovação, com capacidade de monitorar gargalos, oportunidades e projetos estratégicos, inclusive aqueles relacionados à Margem Equatorial e à integração logística nacional e internacional do estado.
- Reduzir o tempo, os custos e as barreiras tarifárias das operações aduaneiras nos portos, aeroportos e terminais do estado, incluindo a revisão de tributos sobre a importação de tecnologia e insumos industriais não disponíveis localmente.

8.3. MOBILIDADE URBANA



Objetivo: Elevar a qualidade da mobilidade urbana – Investimento.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Investir em sistemas inteligentes de transporte (ITS) para gerenciamento de tráfego nas vias urbanas, incluindo semaforização inteligente, controle em tempo real e monitoramento de veículos que bloqueiam o fluxo.
- Realizar estudos e promover o desenvolvimento de sistemas de transporte coletivo de alta capacidade – BRT, VLT, trens, metrô e estações intermodais – em novos corredores metropolitanos, com modernização de frotas e integrando-os aos modais aéreo, fluvial e rodoviário.
- Implantar faixas exclusivas para transporte coletivo nas principais vias das cidades, priorizando os corredores de maior demanda e fluxo de passageiros.
- Estruturar Parcerias Público-Privadas para modernização das frotas de transporte urbano nos principais municípios do estado, promovendo veículos mais eficientes e de menor impacto ambiental.
- Instituir Conselho Permanente de Planejamento de Mobilidade.



Objetivo: Elevar a qualidade da mobilidade urbana – Planejamento.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Planejar a mobilidade de cargas urbanas com corredores e zonas logísticas dedicadas, e regulamentar horários, rotas e pontos críticos de carga e descarga nas cidades.
- Definir rede de transporte de longo prazo e elaborar Planos de Mobilidade em todos os municípios, incluindo Plano Metropolitano da RMB, com metas progressivas de cobertura.
- Realizar estudo para integração entre mobilidade urbana e planejamento territorial para orientar expansão urbana e adensamento próximo a eixos de mobilidade.
- Reorganizar o sistema de linhas de transporte urbano (rede estruturada e integrada) com otimização de rotas e implantação de bilhete único metropolitano.
- Realizar planejamento da mobilidade orientada por dados e inteligência, com uso de *big data* e dados de mobilidade (celular, GPS, apps).
- Incentivar a adoção de Gás Natural, biocombustíveis e biodiesel no transporte público urbano, promovendo a renovação de frotas com combustíveis de menor emissão e custo operacional.
- Incentivar municípios e o estado a atenderem a Lei Federal 12.587/2012 e Lei 10.720/2024 que condicionam repasses do Novo PAC a um PlanMob Aprovado.
- Elaborar planos de mobilidade para o entorno dos distritos industriais em parceria com o Governo do Estado e os municípios, garantindo acesso eficiente de trabalhadores e escoamento da produção.

8.4. SANEAMENTO



Objetivo: Aumentar a participação privada na prestação de serviços de saneamento para garantir os investimentos.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Fortalecer o ambiente regulatório do saneamento básico, harmonizando as agências reguladoras estaduais e municipais com as diretrizes da Agência Nacional de Águas (ANA) e as metas do Novo Marco Legal (Lei nº 14.026/2020) assegurando previsibilidade regulatória e a universalização do acesso à água e ao tratamento de esgoto.
- Incentivar soluções descentralizadas e de baixo custo para saneamento em municípios de menor porte e áreas vulneráveis – incluindo microestações modulares, ETEs compactas e sistemas simplificados de esgoto – para regiões sem atratividade para concessões privadas.
- Expandir os serviços de saneamento básico concessionados para áreas não atendidas e regiões de baixa atratividade econômica, garantindo universalização progressiva com modelos regulatórios adequados e cláusulas contratuais de cobertura obrigatória do interior.



- Promover junto ao Setor Privado segurança contratual através da Lei nº 14.026/2020 e concorrência pública competitiva para concessões privadas.
- Promover Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores Locais: universalização exigirá tubulações PEAD, bombas, engenharia civil e automação e telemetria.
- Criar cadastro estadual de resíduos industriais para fomentar a economia circular, o aproveitamento de subprodutos entre cadeias produtivas e a destinação adequada de rejeitos.



Objetivo: Universalizar o acesso ao saneamento básico – Oferta de água potável.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Expandir a infraestrutura de Estações de Tratamento de Água com diversificação de fontes (superficial e subterrânea), integração de sistemas e metas progressivas de cobertura para alcançar a universalização do acesso à água potável, convergente com as metas do Novo Marco Legal (Lei 14.026/2020).
- Expandir a rede de distribuição de água potável para áreas periféricas urbanas, rurais e ribeirinhas, priorizando os municípios com menor cobertura no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e os polos industriais em expansão.
- Realizar mutirões e campanhas estaduais para regularização de ligações informais de água.
- Ampliar controle e monitoramento contínuo da qualidade da água, com divulgação ampla e transparente dos resultados.
- Estabelecer que os contratos de concessão privada de saneamento prevejam metas de universalização em áreas com baixa cobertura, com subsídio cruzado e contrapartidas vinculadas a benefícios fiscais.
- Realizar campanhas sobre a importância do saneamento básico para a competitividade industrial, pelo custo do tratamento da água e absenteísmo por doenças de veiculação hídrica.



Objetivo: Universalizar o acesso ao saneamento básico – Coleta e tratamento de esgoto.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Incentivar indústrias a instalar Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs) de alta eficiência e a implementar sistemas de reuso de água, reduzindo a pressão sobre os mananciais e os custos operacionais, em conformidade com as exigências de sustentabilidade ambiental.
- Expandir a rede coletora de esgoto com a implantação em áreas urbanas densas e integração com obras urbanas (drenagem, pavimentação, mobilidade).
- Articular junto a governos e Ministério Público a aceleração dos processos de concessão do saneamento básico, promovendo a segurança jurídica e a transparência como condições para ampliar os investimentos privados.



Objetivo: Aumentar qualidade e eficiência na prestação dos serviços de Saneamento Básico.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Estruturar projetos de Parceria Público-Privada e concessão de saneamento básico nos municípios com potencial industrial, com governança baseada em indicadores de desempenho, metas de redução de perdas e suporte de financiamento público.
- Estruturar governança estadual de saneamento básico, com Comitê de Monitoramento de Desempenho para acompanhar indicadores e metas do Marco Legal por município, promovendo transparência e controle social.
- Modernizar a gestão operacional do saneamento com digitalização, telemetria, sensores e IoT, para reduzir perdas, otimizar manutenção preventiva e ampliar a qualidade dos serviços.
- Promover a formação técnica e superior de competências em saneamento básico.
- Promover o acesso a fontes de financiamento federal para infraestrutura urbana sustentável, articulando empresas e municípios com programas de fomento para projetos de segregação de vias e infraestrutura de mobilidade elétrica.
- Implementar Plano Estadual de Controle de Perdas, articulando concessionárias, agências reguladoras e operadoras municipais, com instrumentos contratuais.
- Desenvolver infraestrutura de drenagem urbana e industrial para mitigar riscos de alagamentos que interrompem a logística, a produção industrial e os acessos aos polos produtivos, com soluções adaptadas ao regime hídrico amazônico e ao avanço das chuvas extremas.
- Desenvolver, junto ao Estado e municípios, planos de contingência para desabastecimento de água durante enchentes e secas do ciclo amazônico.

8.5. INFRAESTRUTURA DIGITAL



Objetivo: Aumentar a conectividade e o acesso à internet.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Expandir a rede de fibra óptica estadual ao longo dos principais eixos rodoviários e ferroviários, conectando todos os municípios e garantindo conectividade nas áreas produtivas e de difícil acesso.
- Acompanhar e fomentar a execução de programas federais de conectividade para a região amazônica, incluindo a implantação de cabos de fibra óptica subfluviais e soluções de soberania de dados para localidades não atendidas por redes terrestres.
- Estruturar política pública de conectividade digital para o interior, articulando operadoras e instrumentos de financiamento para garantir acesso às cadeias produtivas da agroindústria, bioeconomia e demais atividades.



- Ampliar a conectividade digital nas regiões industriais, logísticas e polos produtivos do estado, com prioridade para áreas de maior concentração de atividade econômica.
- Atrair e incentivar a instalação de operadores de *data centers* e *edge computing* no estado, aproveitando a matriz energética limpa, a infraestrutura de conectividade disponível e a oferta de terrenos, ampliando assim a soberania de dados.
- Incentivar a competição entre provedores de internet, com a facilitação de entrada de provedores regionais, redução de barreiras e compartilhamento de infraestrutura.
- Priorizar a expansão da infraestrutura de fibra óptica pública para conectividade dos distritos industriais, reduzindo o custo e ampliando a confiabilidade do acesso à internet nas zonas produtivas.
- Estruturar investimentos em *backhaul* de fibra óptica nas cidades estratégicas, ampliando capacidade de tráfego e redundância para sustentar a expansão digital.
- Conceder incentivos fiscais à aquisição de equipamentos de TI pela indústria local, acelerando a modernização digital do parque produtivo.



Objetivo: Expandir a rede 5G.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Promover a atualização das legislações municipais de antenas no estado, alinhando-as à Lei federal nº 13.116/2015 e disseminando modelo padronizado junto às Câmaras de Vereadores para viabilizar a expansão do 5G.
- Promover a formação local de mão de obra para infraestrutura digital (técnicos instaladores de fibra e 5G, engenheiros de telecomunicações, especialistas em cibersegurança e redes) em atendimento à expansão das Infovias e de 5G.
- Incentivar a implantação de redes privadas 5G em polos industriais.
- Promover políticas que estimulem a infraestrutura compartilhada de torres e redes.
- Acompanhar e fomentar o cumprimento do Edital do 5G (Resolução Anatel nº 738/2020), que exige cobertura em todas as sedes municipais e rodovias do estado até o final da década.
- Garantir a implantação de anéis de fibra óptica estaduais para distribuir conectividade a escolas, centros de pesquisa e equipamentos públicos, democratizando o acesso à infraestrutura digital de alta capacidade.
- Mapear a cobertura 5G e de fibra óptica nos polos industriais e produtivos do estado e estruturar programa de eliminação de lacunas de conectividade, priorizando as regiões de maior impacto econômico.



Objetivo: Reduzir a dependência de satélites estrangeiros.



Iniciativas para o Mapa Estadual

- Implantar cabos submarinos para conectar o estado a redes internacionais de dados, reduzindo custos e latência e ampliando a competitividade digital das empresas regionais.
- Expandir a infraestrutura terrestre de redes ópticas de longa distância, como *backbones* interestaduais e anéis intraestaduais, assegurando redundância de rotas, soberania de dados nacional e baixa latência para operações industriais críticas.
- Articular para a conexão do estado e dos centros de formação técnica e educacional do interior à Rede Nacional de Pesquisa e Ensino (RNP) e outras redes de alta capacidade, ampliando a redundância de conectividade e fortalecendo a soberania de dados em pesquisa, ciência e desenvolvimento tecnológico.
- Incentivar e atrair empresas de tecnologia e telecomunicações para o estado, criando condições regulatórias e de infraestrutura favoráveis ao desenvolvimento do ecossistema digital regional.
- Criar e desenvolver centros de inovação tecnológica com universidades para soluções de IoT (Internet das Coisas) aplicadas à logística amazônica.



AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à equipe interna da CNI, do SESI, SENAI e IEL, ao esforço e dedicação na construção do Mapa do estado do Pará, com especial atenção à equipe da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA):

Alex Dias Carvalho – Presidente da FIEPA

Cassandra Lobato – Gerente-Executiva do CIN / FIEPA

Cilene Dórea – Assessora Institucional da FAEPA

Clóvis Carneiro – 1º Vice-Presidente Executivo da FIEPA

Dário Lemos – Diretor do SENAI e Superintendente do SESI-PA

Davis Siqueira – Gerente-Executivo de Educação Profissional do SENAI/PA

Deryck Martins – Presidente do Conselho de Meio Ambiente da FIEPA

Francisco Viter – Presidente do Conselho de Assuntos Legislativos da FIEPA

Léo Shinomiya – Gerente-Executivo de Tecnologia e Inovação do SENAI/PA

Marco Antonio Lima – Diretor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA

Aderson do Carmo Braga – Superintendente Corporativo FIEPA

Felipe Fonseca Tavares de Freitas – Gerente Executivo do Observatório da Indústria da FIEPA

Dilma Viana – Gerente do Escritório de Projetos da FIEPA

Anderson de Oliveira Paulo – Gerente Executivo de Planejamento e Orçamento do SESI/SENAI-PA

Marcella Novaes – Vice-Presidente FIEPA

Carlos Thadeu Matos Auad Junior – Superintendente Regional do IEL/PA

Laura Catarina Oliveira Athaide da Silva – Diretora Administrativa do SESI/PA

Agostinho Alencar Martins – Diretor Administrativo do SENAI/PA

Marcella de Fatima Rego Dias – Gerente IEL/PA

Antônio Batista – Consultor Convidado

Eduarda Norat – Coordenadora Núcleo de Desenvolvimento Sindical

Sérgio Mendes Filho – Advogado / CESUPA

Rafaela Leoncy Souza – Gerente FIEPA REDES

Heleno Beckmann – Açaí Valley / Assespro-PA

Adriano Lucheta – Diretor do ISI - Tecnologias Minerais

Bonifácio Sena – Consultor Convidado

Shirley Klautau – Gerente Executiva de Gestão de Pessoas FIEPA

Ana Cláudia Moraes – Gerente Executiva de Cultura SESI/PA

Jacilaine de Souza – Gerente Executiva de SSI SESI/PA

Larissa Sato – GSA | Instituto HATOR / Ecossistema de Inovação ELI Belém

Marcelo Sá – PARATIC / Ecossistema de Inovação ELI Belém

Márcia Arguelles – Gerente Executiva de Educação SESI/PA



Fabio Andre Costa Xerfan – Gerente REDES FIEPA/PA

Luiz Vidal de Negreiros Neto – Gerente Executivo de Esporte e Lazer SESI/PA

Marcelo Moreno – SEMAS-PA

Reginaldo Costa – SINDIREPA

Manoel Ibiapina – CODEC/PA

Cláudio Ribeiro – Consultor Convidado

Mário Ramos Ribeiro – Consultor Convidado

Nara Bandeira – Assessoria Presidência FIEPA

Fátima Chamma – Sinqifarma

Adriana Nunes – SUCESU-PA

Luiz Philipe Cardoso – ASSESPRO-PA

Patrick de Azevedo – ASSESPRO-PA

Filipe Saraiva – UFPA

Marcos Martins – Sindmóveis-PA

Hito Braga de Moraes – UFPA

Bruno Tamer – Gerente de TI FIEPA

Rodolpho Zahluth Bastos – Secretário-Adjunto da SEMAS/PA

Lorena Nobre – Gerente Executiva de Relações Institucionais e Comunicação Corporativa FIEPA

Adriana Ferreira – Gerente de Comunicação FIEPA

CNI

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Jefferson de Oliveira Gomes
Diretor

Mário Sérgio Carraro Telles
Diretor Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICA INDUSTRIAL

Fabricio Silveira
Superintendente

GERÊNCIA DE COMPETITIVIDADE**Coordenação do Projeto de Elaboração do Mapa Estratégico do Estado do Pará**

Fabricio Silveira
Luiza Ferreira Tacca
Maitê Sarmet Moreira Smiderle Mello
Vitor Amaral de Pinho

SUPERINTENDÊNCIA DE INTELIGÊNCIA ECONÔMICA

Amanda Priscilla Moreira
Produção editorial e Diagramação

DIRETORIA CORPORATIVA

Cid Carvalho Vianna
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANDO

Renato Paiva
Superintendente

Alberto Nemoto Yamaguti
Normalização

Advance Estratégia

Consultoria



www.cni.com.br



[/cniBrasil](https://www.facebook.com/cniBrasil)



[/cni_br](https://twitter.com/cni_br)



[/cniBr](https://www.instagram.com/cniBr)



[/cniweb](https://www.youtube.com/c/cniweb)



[/cni-brasil](https://www.linkedin.com/company/cni-brasil)

FIEPA *Federação das
Indústrias do Estado
do Pará*

CNI *Confederação
Nacional
da Indústria*